Fenavist

Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores

Brasília - Abril / 2007 Ano V - nº 7

Impresso Especial
113/2002-DR/BSB
FENAVIST
CORREIOS

DEVOLUÇÃO GARANTIDA
CORREIOS

Parceria Brasil-Angola

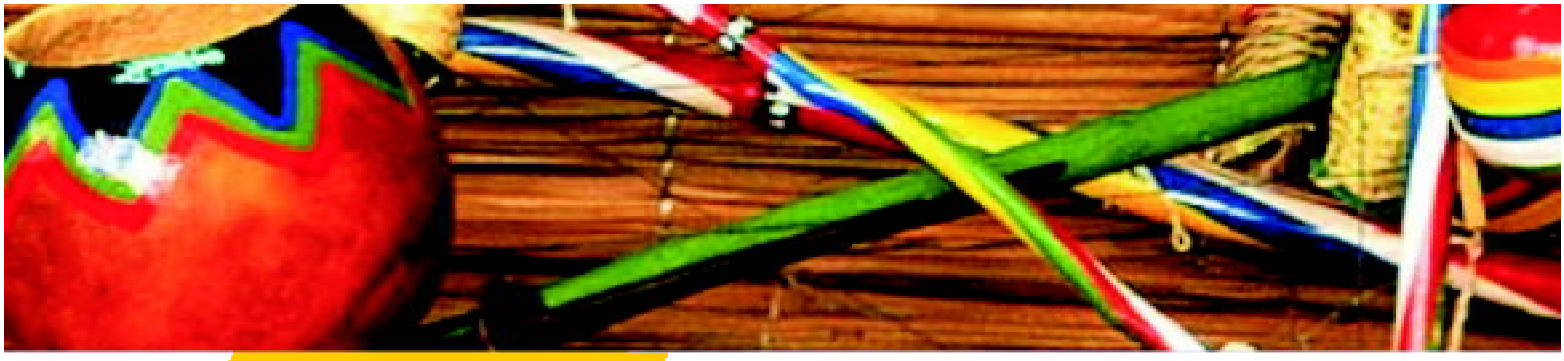
Segurança Privada Tipo Exportação

Fenavist 2007
Novos Horizontes para a Segurança Privada

Eleições Fenavist

Entrevista
Jerfferson Simões

PDF created with pdfFactory trial version www.pdffactory.com



Prêmio Mérito em Serviço da Segurança Privada Nacional 2007

Conjuntamente com

WSC and Show

Reconhecendo o valor da sua empresa

Dia: 25 de outubro
Local: Pestana Bahia Hotel
Salvador - Bahia

Saiba como participar
www.fenavist.org.br

Realização

Fenavist

Organização

BF Three EVENTOS

LATIN EVENT FEIRAS E CONGRESSOS

PDF created with pdfFactory trial version www.pdffactory.com

Eleições Fenavist

Iniciamos o processo eleitoral que vai definir o futuro da Fenavist e de seus associados pelos próximos três anos. É um momento, portanto, de reflexão.

Mais do que o embate, que a escolha de nomes, é importante pensar no futuro, nos objetivos, nos obstáculos e nas perspectivas de conquistas. É igualmente importante olhar pra trás, rever os caminhos trilhados, os obstáculos superados, os desafios que enfrentamos e que nos fortaleceram.

Nossas conquistas, dia-a-dia, foram feitas pela união, pela capacidade de aglutinação, pela democracia interna, pela firmeza de propósitos, pela clareza de objetivos, pela determinação diária, mesmo diante das adversidades, das conjunturas desfavoráveis.

Por tudo isso e pela colaboração efetiva de cada associado, pela coerência, seriedade e evolução do segmento, a Fenavist ganhou respeito, vitórias, tornou-se referência.

Hoje, a Fenavist é uma Federação consistente, estruturada, capaz de avançar com os pés firmes no chão. Os avanços são visíveis, as perspectivas são promissoras e as ações de interesse de todo o segmento e da sociedade brasileira estão em curso.

É hora de garantir novos avanços. E avanços, no nosso país, que possui regras ainda tão flexíveis para o segmento, exigem união e força redobradas, além de atuação constante. Nesse sentido, o patrimônio de seriedade e respeito construído pela Fenavist, antes de qualquer disputa, merece ser preservado e fortalecido, pois é ele que, sobretudo, garantirá as conquistas futuras.

A todos nosso muito obrigada pela confiança. E que vença a Fenavist!

A Diretoria

PDF created with pdfFactory trial version www.pdffactory.com

SUMÁRIO

03 Editorial
Eleições Fenavist

06 Parceria Brasil-Angola
Segurança Privada “Tipo” Exportação

12 DPF
Gestão Eletrônica
Desafio para 2007

18 Crime Organizado
Pernambuco Combate
Crime Organizado

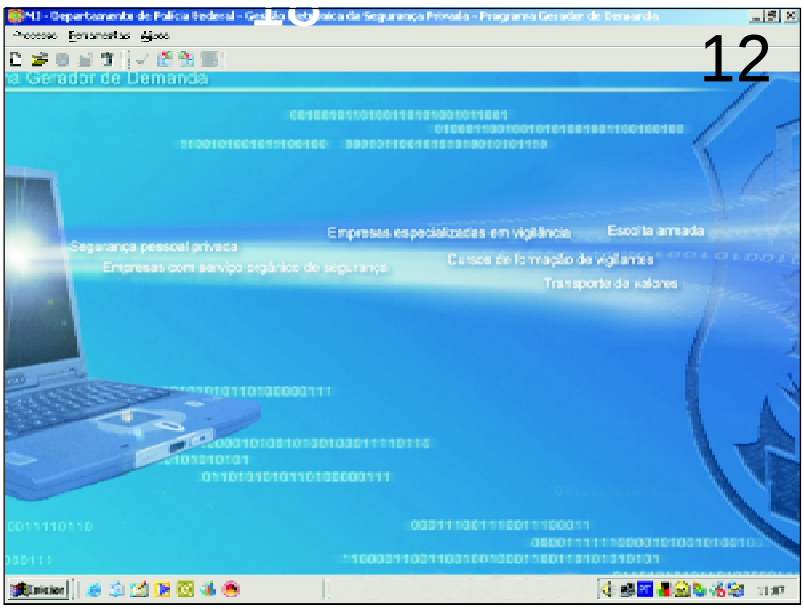
24 Entrevista
Jerfferson Simões

27 Retrospectiva
Novos Horizontes

34 Enesp
Evento Movimenta as
Cinco Regiões

38 Sindicatos
Notícias Regionais

40 Gente
Destaque do Segmento



PDF created with pdfFactory trial version www.pdffactory.com

Presidente
Jerfferson Simões

Vice-Presidente Nacional
Marcelo Oliveira Borges

Vice-Presidentes
Edson Pinto, Lelivaldo Benedito Marques, Fernando Lage, César Marques de Carvalho, Paulo Macedo, Marcos Paiva, Cel. Valdir Soares, Lélio Vieira Carneiro Júnior, Eraldo Dodero Reis, Percival Aracema, Vagner Jorge, Marino Eugênio, Antônio Geraldo Perovano, Guilherme Alexandre da S. Santos, Odair de Jesus Conceição, Maurício Alves, José Jacobson Neto, Ivan Zanardo

Vice-Presidentes Adjuntos
Luiz Santana, Ernani Miranda, Sílvio C. Araújo, Victor Saeta, Alfredo Ibiapina, Fábio Rezende, Agostinho Gomes, José Tarcísio, Marcos Félix, Ari Dal Bem, José Curcino Raposo, Marcos André Vilhena, Lucilo da Costa Pinto Neto, Carlos Güalter, José Pacheco, Guilherme Fernandes, Ivan Hermano, Renato Fortuna, Jéferson Furlan

Conselho-Fiscal
Leonardo Moreira Prudente, Silvio Pires, Sebastião Divino de Souza

Conselho-Fiscal Adjunto
Nelson Neves, Antônio Fernando de Carvalho

Delegados-Representantes
Lélio Vieira Carneiro
Jerfferson Simões

Delegados-Representantes Adjuntos
Cláudio Neves, Leonardo Prudente

Conselho de Ex-Presidentes
Eunício Lopes de Oliveira
Lélio Vieira Carneiro
Cláudio da Silva Neves

Diretora-Superintendente
Rosângela Menezes

CONSULTORIA EM COMUNICAÇÃO
Alessandra Augusta

JORNALISTA RESPONSÁVEL
Luís Augusto Evangelista
DF 7233
ascom@fenavist.org.br

REDAÇÃO
Luís Augusto Evangelista
Felipe Linhares

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO
Easy Comunicação Visual
Fone: 55 61 9109-3868
easycomunicacao@gmail.com

REVISÃO
Fátima Loppi
fatima.loppi@gmail.com
GRÁFICA

Itamarati
Fone: 55 61 3363-7240
itamaratigrafica@gmail.com

Ed. Confederação Nacional do Comércio
SBN Qd. 1 - Bl. B - 7º andar - sala 701CEP: 70040-000
Brasília - DF - Brasil Tel: 55 61 3327-5440
www.fenavist.org.br
fenavist@fenavist.org.br

PDF created with pdfFactory trial version www.pdffactory.com

Segurança privada "tipo" exportação

Regulamentação e fiscalização, legislação, democracia nas decisões importantes, trabalho de excelência pelas entidades de classe e alta qualidade dos serviços prestados pelas empresas servem de modelo para Angola

País de língua portuguesa como o Brasil, também colonizado por portugueses, Angola teve sua independência decretada apenas em 1975, mas, em guerra civil por mais de 20 anos, só se tornou "livre" no início deste século. Correndo contra o tempo e com riquezas *(petróleo, diamantes, entre outros)* capazes de impulsionar uma rápida evolução econômica, Angola, agora em processo de reestruturação, busca bons exemplos, e parceiros, em outros países para atividades fundamentais para o seu povo e para o desenvolvimento do país. A segurança é uma dessas atividades, inclusive a segurança privada.

"Todos nós compreendemos o quanto é útil a segurança privada no sistema de segurança pública. As empresas privadas de segurança reforçam as medidas de prevenção e combate à criminalidade e desenvolvem recursos que também podem ser utilizados pela polícia", explica o diretor nacional da Ordem Pública, o general angolano Alberto Lisboa Mário.

Com essa visão, uma comitiva desembarcou no Brasil, no final de 2006, em busca de informações e parceria. A comitiva, formada pelo diretor nacional de Ordem Pública e subcomissário da Polícia angolana, general Alberto Lisboa Mário; pelo subcomissário e coordenador para Reorganização da Segurança Privada em Angola, general Antônio Vicente Gimbe; e pelo delegado José Cipriano Delgado, teve acesso a documentos da Polícia Federal (PF) do Brasil, analisaram a estrutura e o funcionamento da segurança privada e chegaram à conclusão de que, também nessa área, o Brasil e Angola podem formar uma importante parceria.

"Neste momento, em que se está elaborando a proposta de alteração da Lei nº 19/92 que regula a atividade de segurança privada em Angola, a Polícia Federal brasileira tem valências que podem auxiliar a Polícia angolana. Por essas razões, o ministro do Interior orientou a realização da visita", conta o general Lisboa Mário. De acordo com o coordenador-geral de

Foto: Sérgio Guerra

PDF created with pdfFactory trial version www.pdffactory.com

Segurança Privada do Departamento de Polícia Federal (DPF) em exercício, Adelar Anderle, a visita fez parte de um programa de relação diplomática entre os países.

Ainda segundo Anderle, o que mais chamou a atenção dos representantes angolanos foi o controle exercido pela PF sobre a segurança privada. "Receberam a notícia da Gestão Eletrônica da Segurança Privada (GESP) e vieram buscar subsídios para fazer a implantação de um sistema de controle em Angola", comenta Anderle. O interesse da comitiva não se restringiu ao GESP, eles também se interessaram pelo processo manual. Contudo, após quase uma semana de observação dos dois sistemas, os visitantes optaram pelo sistema eletrônico. "Eles optaram por gastar um pouco mais de tempo, porém já começarão um passo à frente", conclui Adelar Anderle.

Acesso a Empresas – De acordo com o chefe da Comitiva, general Alberto Lisboa Mário, a delegação angolana se sentiu em casa. A Polícia Federal criou todas as condições para que os visitantes satisfizessem suas curiosidades. A comitiva visitou a sede da Coordenação Geral de Controle de Segurança Privada (CGCSP), a Academia de Polícia da PF, cursos de formação e empresas de segurança. Além disso, discutiu temas relativos à segurança privada. Especialistas do DPF forneceram informações técnicas sobre o processo de licenciamento, fiscalização, sanção, controle, enfim, subsídios para facilitar o esclarecimento e a interpretação dos documentos. "A Polícia Federal teve uma atitude transparente e elegante. Transmitiram-nos conhecimento e nos forneceram documentações em formato digital e físico", diz o general.

Luanda. A capital concentra a maioria da população

A experiência dos visitantes não ficou restrita ao trabalho do DPF. Para conhecer, na prática, os cursos de formação de vigilantes e a atuação das empresas brasileiras, a comitiva conheceu duas empresas em Brasília. Na Academia Star, a comitiva foi recepcionada por Geraldo Marmo Machado. Tiveram acesso às salas de aula, ao estande de tiro e ao tatame em que é ministrada a disciplina de defesa pessoal. Geraldo Machado explicou ainda todo o trâmite legal, desde a abertura de uma empresa, até a confecção do diploma de conclusão de curso.

Outra empresa a receber o grupo foi a Confederal. O diretor da filial de Brasília, Ricardo Lopes Augusto, explicou detalhes da atividade de transporte de valores. Apresentou carros-fortes, o trabalho de tesouraria, os sistemas de segurança da empresa e a caixa-forte. Os visitantes ficaram impressionados com a organização das empresas e o modo como o transporte de valores é algo comum aqui. Em Angola, segundo eles, mesmo os diamantes, uma das maiores riquezas do país, não têm a obrigatoriedade de serem transportados por empresas especializadas.

Ao final das visitas, a comitiva mostrou-se bastante animada e contente com o resultado. "Devemos concordar que a experiência que retirarmos da documentação a nós fornecida, depois das devidas adaptações, será muito útil. O intercâmbio foi excelente. Em curto, médio e longo prazo, a segurança privada em Angola mostrará os efeitos desta visita", prevê o general Lisboa Mário.

Balanço – Encerrada a visita oficial, o diretor nacional da Ordem Pública angolana ressaltou quatro pontos fundamentais da estada no Brasil. Primeiro, a atividade de segurança privada deve ser criteriosa e rigorosamente controlada pela Polícia Nacional, sob pena de se correr o risco do serviço ser aproveitado pelo crime organizado ou mesmo por políticos com intenções bélicas. Segundo, os regulamentos sobre segurança interna não devem abrir espaço para privilégios de quem quer que seja. Terceiro, a obrigatoriedade de as pessoas que queiram se habilitar para essa atividade comprovarem capacidade financeira. Por fim, a lei deve estabelecer o número mínimo de pessoal operativo com que qualquer empresa deve iniciar sua atividade. *"Estes dois últimos aspectos, na realidade angolana, irão conter a tendência do crescimento galopante",* comenta o general.

PDF created with pdfFactory trial version www.pdffactory.com

Além dos pontos destacados por Lisboa Mário, o coordenador-geral de Controle de Segurança Privada em exercício ressalta que os visitantes ficaram impressionados com o sistema democrático que há na atividade no Brasil, representado pela Comissão Consultiva para Assuntos da Segurança Privada (CCASP). "Eles destacaram a harmonia entre o poder público, laboral e patronal", conta Adelar.

O coordenador-geral em exercício ressalta, ainda, que não foi uma relação de mão única. Segundo ele, os visitantes ilustres também deixaram uma bela lição: *"Eles deixaram claro o desejo de se incluírem, com competência, na comunidade internacional".*

Parceria GESP – A parceria entre o DPF e os responsáveis pela segurança privada em Angola não terminou com o fim da visita ao Brasil. A delegação propôs a aceleração de contatos entre as altas chefias, para iniciar a formação de oficiais da Polícia angolana na Escola da Polícia Federal do Brasil. Além disso, estão desenvolvendo o Programa de Gestão Eletrônica, que será assessorado por especialistas da Polícia Federal do Brasil.

Por fim, os visitantes pretendem preparar um seminário internacional sobre segurança privada. A intenção é convidar os altos especialistas do Departamento de Polícia Federal e da Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist) para transmitirem conhecimento e experiência.

Foto: Luís Augusto

Presidente da Fenavist, membros do DPF e empresários recebem comitiva angolana

Fenavist – Representante máxima do segmento de Segurança, a Fenavist foi procurada pelo Departamento de Polícia Federal, antes mesmo da chegada da delegação angolana. Com isso, o DPF pretendeu dar o apoio necessário aos visitantes, de maneira que tivessem acesso livre a empresas, cursos de formação e projetos encabeçados pelo empresariado nacional, para que entendessem o outro lado e não apenas o lado de quem fiscaliza, normatiza e regula. Prontamente a solicitação do DPF foi atendida, o que reflete mais uma vez o bom relacionamento entre as duas entidades. Durante três dias, a Fenavist abriu suas portas e das empresas filiadas para a comitiva.

Angola. Mercado Potencial.

O potencial econômico de Angola é elevado, diversificado e tem merecido uma especial atenção por parte da comunidade empresarial nacional e estrangeira.

Angola dispõe das mais importantes reservas de petróleo, gás natural e diamantes da África, além de outros valiosos recursos minerais. A costa marítima angolana estende-se por 1.650 quilômetros e seus mares ainda pouco explorados são fonte de riquezas.

O país possui imensos solos férteis (estimado em 3,5 milhões de hectares) e um clima favorável às culturas tropicais e semitropicais. Seus numerosos cursos de água oferecem excelentes oportunidades de irrigação e potencial hidrelétrico com extensão para a rede energética da África Austral.

Estima-se que a população angolana tenha passado de 7,7 milhões para 13,1 milhões, de 1980 a 2000, com estimativa de chegar a 20 milhões em 2015.

O trabalho de reconstrução no pós-guerra tem evoluído rapidamente, com novos investimentos em infra-estrutura, educação, saúde e saneamento e a chegada de novos investidores de todo o mundo, inclusive do Brasil, nas mais diversas áreas (construção, comunicação, pesquisa e planejamento, pesca, alimentos, saúde, educação, entre outras).

O ordenamento da Segurança, após cinco anos do fim da guerra, é um item vital para auxiliar e acelerar o processo de desenvolvimento.

Fonte: Angola em Paz - Novos Desafios. Edições Maianga 2005

PDF created with pdfFactory trial version www.pdffactory.com

O presidente da Fenavist, Jerfferson Simões, recepcionou a comitiva, esclareceu dúvidas quanto à atuação da entidade em relação à Polícia Federal e a forma de atuação das empresas no Brasil, fortalecendo ainda mais a perspectiva de parceria em um futuro próximo.

A atuação da Fenavist, tanto em relação às empresas, quanto em relação aos órgãos reguladores, impressionou os visitantes. "Os sindicatos e as associações que atuam na área de Segurança Privada são parceiros inquestionáveis da PF. A Fenavist, por exemplo, tem papel preponderante no acompanhamento de processos na PF, nos Tribunais, no pagamento de taxas e multas, no combate às empresas clandestinas, na sustentação da defesa em punições na Comissão de Conciliação Prévia e na elaboração de estudos econômicos. Mas, o que mais nos impressionou foi o invejável entrosamento entre a Polícia Federal e a Fenavist", comenta o general Lisboa Mário.

O coordenador-geral de Controle de Segurança Privada em exercício também ressalta a importância da Fenavist para o sucesso da visita "Se não fosse a participação da Fenavist em todas as etapas, o processo não teria tido a transparência que teve. Uma coisa é você afirmar que tem um sistema democrático, outra é você demonstrar, como aconteceu", afirma Adelar.

O período de intercâmbio no Brasil faz parte de um programa que inclui visitas também a Portugal, África do Sul, Espanha e França. Os portugueses já foram visitados e, de acordo com o diretor Nacional da Ordem Pública de Angola, "ao contrário do Brasil, em Portugal nenhuma polícia tem o controle direto da atividade de segurança privada. Esta atividade é exercida pela Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna e a coordenação é exercida pela Comissão Nacional de Segurança Privada".

Entrosamento – Mesmo vindos de um período difícil, os angolanos mostraram-se muito otimistas. A marca da descontração e da afinidade com os brasileiros esteve presente no almoço de boas-vindas, promovido pela Federação, nas visitas aos órgãos e empresas e no *coffee-break* de despedida no encerramento dos trabalhos, na sede da Polícia Federal, em Brasília. Todo o período de intercâmbio foi marcado pelo entrosamento e boas perspectivas.

Foto: Luís Augusto

Comitiva acompanha aula de defesa pessoal

Foto: Luís Augusto

Comitiva em visita ao curso de formação

Foto: Luís Augusto

Comitiva ao lado do diretor e funcionários da empresa de transportes de valores visitada

Angola - Brasil. Semelhanças no Conceito de Segurança Privada.

"O ponto comum entre a segurança privada brasileira e a angolana é que a segurança privada é considerada uma atividade subsidiária e complementar à segurança pública e se subordina aos princípios da necessidade, adequação e proporcionalidade. Os dois países adotam a teoria do monopólio estatal da força para constituir a garantia de segurança interna e liberdade. A autodefesa está adstrita à legítima defesa, ao estado de necessidade, ao exercício regular de direito, ou, por fim, como medida preventiva, à contratação de segurança privada. As atividades de segurança privada são reguladas, controladas e fiscalizadas pela Polícia angolana e pela Polícia Federal. Em nosso país, as áreas em que a segurança privada exerce sua atividade são semelhantes à brasileira", General Lisboa Mário.

PDF created with pdfFactory trial version www.pdffactory.com

Fenavist é destaque em congresso

O presidente da Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist), Jerfferson Simões, foi o principal palestrante Internacional do primeiro Painel de Especialistas em Segurança e Criação de Valor, em comemoração aos 35 anos, da Companhia Andina de Segurança Privada Ltda. organizadora do congresso. O evento foi realizado no Hotel Tenquendama, no mês de outubro, em Bogotá, capital da Colômbia. Estiveram presentes profissionais da Colômbia, da Argentina, de Espanha, do Brasil e outros. Simões apresentou a transformação da empresa de segurança privada, os números do setor, os fatores de influência da evolução e também traçou o perfil dos novos profissionais do segmento. Os lucros do evento foram repassados à fundação Hope World Wide.

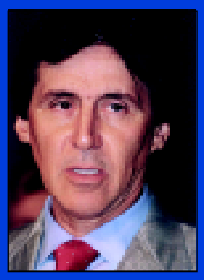
Fenavist recebe visita ilustre

A Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist) recebeu a visita do senador e agora presidente da Comissão Deliberativa do Sebrae, Adelmir Santana (PFL-DF), e do presidente da Federação Nacional das Empresas de Serviços Contábeis (Fenacon), Carlos José de Lima Castro.

Fenavist debate Portaria 387

O presidente da Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist), Jerfferson Simões, participou, em dezembro, do evento "Portaria 387 em Debate", que aconteceu em São Paulo. Promovido pela Revista Security, no Feller Avenida Paulista, o debate pôs em pauta aplicabilidade, vantagens e restrições do ponto de vista de cada ramificação.
O evento contou com a participação do Departamento de Polícia Federal (DPF), da Federação Brasileira de Bancos (Febraban) e da Confederação Nacional dos Vigilantes (CNTV) entre outras.

História



No dia primeiro de março de 1989, uma quarta-feira, era fundada em Brasília a Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist). O segmento somente veio a se organizar sindicalmente após a Constituição de 1988, por limitações impostas pela ditadura. Com a abertura política, os sindicatos dos estados do Rio de Janeiro, do Rio Grande do Sul, do Ceará, do Paraná, de Minas Gerais, de Pernambuco e do Distrito Federal – os primeiros a se constituírem se reuniram para criar a Fenavist. Elegeram o empresário cearense radicado e com empresas em Brasília Eunício Lopes Oliveira, seu primeiro presidente. A maior liderança política do setor na época foi responsável pela concepção, pela criação e pelos primeiros passos da Federação.O ex-ministro das Comunicações e atual deputado federal ficou à frente da instituição até agosto de 1992.

Hoje, a Fenavist representa mais de 30 sindicatos regionais. Além disso, as atividades de transporte de valores e cursos de formação de vigilantes possuem entidades civis específicas, ligadas à Federação, representadas pela Associação Brasileira das Empresas de Transporte de Valores (ABTV) e pela Associação Brasileira dos Cursos de Formação e Aperfeiçoamento de Vigilantes (ABCFAV).

PDF created with pdfFactory trial version www.pdffactory.com

O marco regulatório do setor de segurança privada

A indefinição conceitual entre segurança pública e privada, por si só, requer uma legislação que estabeleça limites e garanta, antes de tudo, o mercado de segurança privada para as empresas nacionais

Antonio Flávio Testa
Sociólogo

A globalização econômica significa, antes de tudo, abertura e regulação dos mercados nacionais para a competição capitalista, ou seja, estar preparado para enfrentar a concorrência. Para tanto, é fundamental conhecer profunda e detalhadamente seu mercado de atuação, não somente como ele funciona, mas como pode vir a funcionar, se novos competidores quiserem dele participar. É necessário definir em que condições pode ocorrer essa participação, uma vez que essas nem sempre são equivalentes, pois a concorrência perfeita e democrática é uma utopia econômica que requer condições ideais para acontecer. Na prática, não acontece. Por isso, é preciso criar condições objetivas, mediante a regulação dos mercados, para promover a participação e a competição em condições mais equânimes.

O Brasil é um país de uma pujança impressionante, como também é assombrosa sua estrutural desigualdade social e econômica. A economia nacional conta com a participação de quase nove milhões de empresas de todo o porte, a maioria de origem familiar. Geograficamente, o país tem fronteiras com quase todos os países do continente, a maior fronteira amazônica e uma costa litorânea imensa. Sua posição física no processo da globalização é muito favorável, mas com enormes desafios. Vejamos alguns: como proteger nossas fronteiras internacionais e também as interestaduais e intermunicipais, já que são 27 estados e 5.560 municípios?

O fluxo de valores e mercadorias e a necessidade de proteção patrimonial e pessoal deverão aumentar exponencialmente, à medida que a economia crescer e a demanda por esses tipos de serviço aumentar. Assim que a infra-estrutura rodoviária, ferroviária, hidroviária e outras estiverem em condições competitivas, a economia de serviços de segurança aumentará muito, tamanha a demanda por um leque multidiversificado de serviços especializados. Quem irá suprir essas necessidades de serviços especializados em segurança? As empresas nacionais? Em que condições?

A indefinição conceitual entre segurança pública e privada, por si só, requer uma legislação que estabeleça limites e garanta, antes de tudo, o mercado de segurança privada para as empresas nacionais, prioritariamente. Mas não se pode impedir a atuação, no país, de empresas especializadas internacionais, com sua competência, tecnologia e recursos abundantes no país. O que precisa discutir e definir são as condições em que poderão atuar. Como se darão as parcerias entre empresas nacionais e internacionais? O que será das pequenas e microempresas de segurança privada? Deverão se especializar em que tipos de serviço? Que tipos de empresas cuidarão da segurança da informação e do comércio eletrônico e da entrega de mercadorias? Que novos serviços e produtos comporão o portfólio das empresas de segurança privada?

Há várias questões a serem discutidas em profundidade com os legisladores, para se aprovar uma legislação atualizada e focada no mercado futuro da segurança privada. Este não pode funcionar defasado em relação às necessidades da economia de serviços, que exige empresas competitivas. E empresas somente são competitivas, se tiverem condições legais de funcionar em ambiente competitivo. Esse é o cerne da discussão sobre a regulação do mercado da segurança privada: como garantir recursos e investimentos para as empresas do setor se tornarem aptas a atuar em mercados globalizados? Esse debate precisa iniciar o quanto antes no Congresso Nacional, até que se defina o marco regulatório do setor da segurança privada.

Para que isso aconteça, as empresas do setor devem iniciar internamente, no âmbito da Federação, uma discussão intensa e prospectiva, visando a subsidiar a discussão no parlamento. O setor deve se modernizar e definir um desenho organizacional competitivo e cooperativo. É possível desenvolver tecnologia de segurança privada nacional, estabelecer produtos e serviços com características específicas focadas nas demandas do mercado brasileiro e também treinar profissionais que conheçam esse mercado e possam garantir seu espaço em um ambiente crescentemente competitivo e excludente? Os desafios às empresas brasileiras de segurança privada são imensos e exigirão esforços integrados e cooperativos para serem vencidos.

Na prática, o próprio setor deve sensibilizar o Congresso com sua visão estratégica do mercado da segurança privada e seu funcionamento e apresentar suas demandas, reivindicações e sugestões. Este é o momento mais apropriado.

PDF created with pdfFactory trial version www.pdffactory.com

Gestão Eletrônica. Desafio para 2007

Implantação definitiva do GESP e mudanças na legislação vão exigir rápida adaptação das empresas

Finalizada a fase de testes, que se iniciou em abril de 2006, agora é pra valer. O Sistema de Gestão Eletrônica da Segurança Privada (GESP) vai entrar em vigor em 2007, segundo informações do Departamento de Polícia Federal (DPF). A Coordenação Geral de Controle de Segurança Privada (CGCSP) reforça o pedido feito ao longo de 2006 e pede que as empresas deixem tudo preparado, pois a partir do momento em que o sistema passar a funcionar em caráter definitivo, as empresas terão que se adaptar à nova realidade. A implantação definitiva do GESP é um desafio, mas segundo o DPF vai resolver problemas vitais da área, melhorando e modernizando a atividade.

O Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro) já entregou a primeira parte do projeto. Na primeira etapa, estarão disponíveis o Processo de Cadastramento de Empresas Especializadas e Orgânicas, o Processo de Autorização de Funcionamento, o Processo de Revisão para Empresas Especializadas e Orgânicas e o Processo de Aquisição de Armas.

O coordenador-geral de Controle de Segurança Privada em exercício, Adelar Anderle, lembra que, para dar início à utilização do *software*, as empresas devem instalar o Programa Gerador de Demandas (PGD), módulo do GESP responsável pelas solicitações das empresas. Além disso, devem obter o certificado digital ligado ao CNPJ da empresa, com muita atenção à grafia correta do nome e preenchimento dos documentos por computador de acordo com o padrão. Adelar lembra ainda que é importantíssimo as empresas designarem um representante junto às Delesp´s. "As empresas devem eleger um técnico em informática ou uma pessoa com o mínimo conhecimento na área, para servir de interlocutor com a Delesp, pois cada Delesp e cada Comissão de Vistoria (CV) terá um servidor responsável pelo gerenciamento do GESP. Dessa maneira, os problemas serão solucionados mais rapidamente, e o próprio DPF saberá por quem procurar dentro das empresas."

Para o chefe da Dapex, delegado Licínio Nunes de Moraes, um outro problema sério, porém de fácil solução, que as empresas devem sanar o quanto antes diz respeito aos incidentes com armas e aos locais em que se encontram. Segundo Licínio, essa atualização deve ser feita o quanto antes. "Algumas empresas transferiram armas da matriz para a filial ou vice-versa, sem comunicar ao DPF. Elas tentavam fugir de uma suposta taxa que não existe mais. No ato do cadastramento, todas as armas devem estar oficialmente registradas no SINARM sob o CNPJ correto, do contrário isso provocará um problema para a empresa", esclarece.

O chefe da Dapex, contudo, afirma que esse problema pode ser resolvido facilmente. As empresas que tiverem sob seu poder alguma arma em situação irregular devem mandar um requerimento para comunicar em que CNPJ ela está sendo utilizada, e a Polícia Federal atualizará automaticamente. Em caso de não-atualização de informações, na hora de lançar os dados no PGD, o processo ficará travado.

Licínio Nunes se preocupa ainda com uma outra questão. Durante os testes, verificou-se que as empresas ainda não compreenderam o funcionamento do GESP corretamente, apesar de muitos empresários afirmarem estar com tudo pronto, apenas aguardando a ordem de envio de dados. Segundo o delegado, as empresas têm falhado em coisas simples como a falta de *backup* das informações, mas essas pequenas falhas poderão atrasar todo o cronograma, já que a transferência de dados só será iniciada em um estado, quando finalizada no anterior.

Treinamento – A Fenavist compartilha a mesma preocupação da Polícia Federal no que diz respeito aos problemas que as empresas podem enfrentar, por falta de informação, de interesse, ou, até mesmo, por problemas técnicos. Por isso, a Federação, juntamente com o DPF, estuda uma forma de treinamento para os empresários.

PDF created with pdfFactory trial version www.pdffactory.com

A princípio, as duas instituições vão realizar treinamento em cada um dos estados brasileiros, seguindo o cronograma de implantação, que se inicia pela unidade federativa com o menor número de empresas. Brasília e o Rio Grande do Sul estão fora desse cronograma por estarem servindo de laboratório.

A metodologia do treinamento prevê dois períodos iguais no mesmo dia. No primeiro pela manhã, será apresentada a parte teórica da Gestão Eletrônica da Segurança Privada. Já na parte da tarde, os empresários terão a oportunidade de realizar o cadastramento da empresa na prática, acompanhados e orientados pelos técnicos da PF e da Fenavist. Contudo, o DPF ressalta a importância de cada empresário levar o funcionário da empresa a quem caberá a responsabilidade pelo GESP, para que ele se familiarize com o assunto e já conheça os outros interlocutores com quem irá trabalhar.

GESP II – A Polícia Federal e o SERPRO já negociam a segunda etapa do Sistema de Gestão Eletrônica da Segurança Privada, que prevê a incorporação dos seguintes serviços: Processo Punitivo, Aquisição de Colete a Prova de Balas, Aquisição de Máquina de Recarga, Alteração de Atos Constitutivos, Alteração de Uniformes, Programa de Formação e Reciclagem de Vigilantes, Emissão da Carteira Nacional de Vigilante (CNV), Emissão de Certificado de Vistoria do Veículo, Plano de Segurança Bancária, Comunicação de Ocorrências e Transporte de Armas e Munições, Acesso ao GESP por Servidor em Missão Fora da Lotação Original, Processo de Comunicação de Alunos – Especializada Curso de Formação (CF), Processo de Credenciamento de Instrutores, Sistema de Informações de Segurança Privada, Processo de Geração de Registro no "Mantins" com base nos *e-mails* de Usuários, PGD Gerencial e Recursos em Processos de Autorização.

Outro recurso que a II etapa do GESP promete apresentar é a Utilização do Registro de Identificação Civil (RIC), para identificação dos vigilantes. O DPF irá colher as digitais dos vigilantes de maneira eletrônica no processo de obtenção de CNV, o que possibilitará cruzar as digitais colhidas pela Polícia Federal com as do sistema AFIS. "Resumidamente, caso o vigilante esteja escondendo algo, com a comparação das digitais, os problemas virão à tona. Se ele deu número de identidade errado, usou duas Carteiras de Identidade, cometeu algum crime, será possível descobrir tudo sobre o candidato", informa o coordenador em exercício. A CGCSP espera que, depois de fechado o novo contrato com o SERPRO, no prazo de um ano, as novas funções do GESP já estejam à disposição dos empresários.

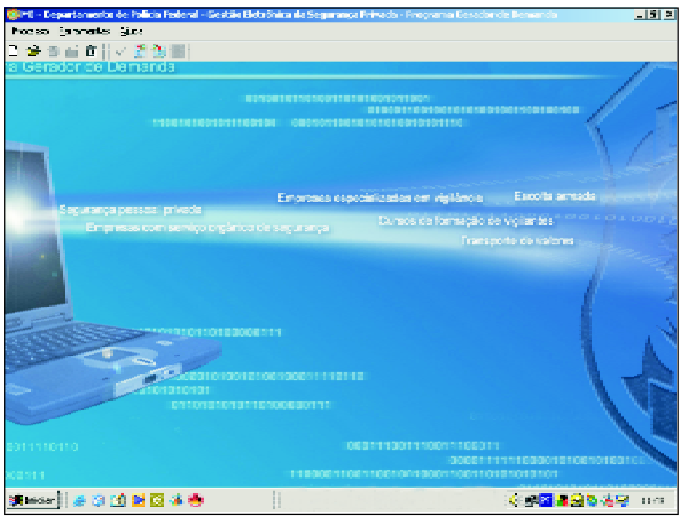


Foto: Luís Augusto

Coordenador-geral de Controle de Segurança Privada em exercício, Adelar Anderle

Legislação – Sempre discutidas, as normas que regulamentam o setor estiveram em pauta novamente em 2006 e, provavelmente, permearão as discussões deste ano, já que muitas das mudanças ocorreram no final do ano passado e passaram a ser fiscalizadas e exigidas em 2007. No ano de 2006, o DPF, após discutir intensamente com todas as instituições ligadas à segurança privada, publicou a Portaria nº 387 em substituição à Portaria nº 992/1995. A nova norma traz mudanças significativas para todas as áreas, mas ainda não é perfeita. "A Portaria nº 387 chegou ao máximo de modificações que a Lei nº 7.102/1983 permite. Por enquanto, não dá para produzirmos uma regulamentação superior, pois estamos amarrados à lei de 1983. E essa precisa ser reformulada, para que possamos ter uma legislação mais moderna", comenta Adelar.

Devido às grandes modificações apresentadas pela nova portaria, visando uniformizar os procedimentos em todo o país, o DPF lançou no *site* da instituição (www.dpf.gov.br) um sistema de perguntas e respostas (FAQ) sobre segurança privada. A relação das dúvidas mais freqüentes sobre a Portaria nº 387/2006 será atualizada constantemente. Dessa forma, o empresariado poderá esclarecer questionamentos rapidamente, com economia de tempo e evitando problemas.

As mudanças nas normas reguladoras da segurança privada não ficaram restritas ao DPF. O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e o Ministério do Exército (ME) também produziram portarias que determinam novas regras para a atividade. O MTE, por meio da Portaria nº 191/2006, estabeleceu o colete a prova de balas como Equipamento de Proteção Individual (EPI) para os vigilantes que trabalharem em postos armados, em uma fração de 10% a cada semestre, em um

PDF created with pdfFactory trial version www.pdffactory.com

prazo máximo de cinco anos. Já o Ministério do Exército publicou a Portaria nº 18/2006 para definir o padrão e as exigências dos coletes a serem utilizados na segurança privada, na compra ou no dia-a-dia. Ficou a cargo do Exército ainda a Portaria nº 20 de dezembro de 2006, que estabelece e regulamenta o uso de armas não letais pelas empresas de segurança privada.

Assim, se encontra em fase de elaboração a Portaria do diretor-geral do DPF para disciplinar o tema. Os novos programas de cursos da Portaria nº 387/06, previstos para iniciar em janeiro de 2007, já trazem instrução sobre o modo como utilizar armas não letais, nas matérias sobre armamento e tiro e direitos humanos. Esses cursos já foram previamente aprovados pelo diretor-geral, quando da expedição da Portaria nº 387. No entanto, a melhor interpretação indica que pode haver mudanças na previsão de funcionamento dos cursos de formação, até que satisfaçam às condições mínimas para viabilizar tais instruções. E, dentro da necessidade operacional de cada curso, a compra dos armamentos, como "borrifador de gás-pimenta" e "arma de choque elétrico", será deferida.

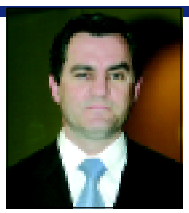
Mudanças – As novidades em 2007 não se restringiram à implantação de *softwares* ou reformulações de legislação. Após praticamente três anos, sob a batuta do delegado Wantuir Jacini, que deixa o cargo para assumir a Secretaria de Segurança Pública do Mato Grosso do Sul, a CGCSP terá um novo coordenador-geral. Durante a gestão de Jacini, a atividade passou por grandes avanços, sempre rumo ao fortalecimento. O ex-coordenador abriu um canal direto com a Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist), o que possibilitou ao segmento participar de várias decisões importantes. Além disso, Wantuir Jacini sempre esteve presente aos eventos realizados pela Federação em todo o país, sempre pronto a esclarecer dúvidas e padronizar os procedimentos.

Jacini deixa um grande legado, inclusive o GESP e a Portaria nº 387, dois dos grandes trabalhos sob sua coordenação. Dessa maneira, a Fenavist espera que o próximo coordenador dê seqüência ao excelente trabalho desenvolvido pela gestão anterior. A Federação espera ainda que, em 2007, a Polícia Federal, por meio de um plano nacional de fiscalização, possa intensificar o combate às empresas clandestinas, que tanto têm atrapalhado as empresas idôneas.

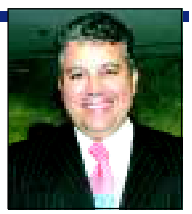
Foto: Divulgação

Daniel Reis (Dir), ícone da segurança privada, em nome da Fenavist, homenageia Wantuir Jacini (Esq) pelo empenho à frente da CGSP

Homenagem – Em respeito e agradecimento a todos os benefícios que o secretário estadual de Segurança Pública do Mato Grosso do Sul, Wantuir Jacini, propiciou ao segmento, a Fenavist promoveu um jantar no último dia 7 de janeiro, em homenagem ao seu ex-coordenador-geral. Durante o evento realizado no restaurante Lá no Jardim, em Campo Grande-MS, o empresário Daniel Reis, um dos ícones da segurança privada, em nome da Fenavist, entregou uma placa comemorativa em agradecimento a Jacini, pelo empenho em favor do setor de segurança privada. Em seu discurso, o presidente da Fenavist, Jerfferson Simões, fez questão de ressaltar o comprometimento de Jacini com o segmento, além de afirmar a certeza de que a Segurança do estado do Mato Grosso do Sul está em boas mãos.



"Clareou uma visão nebulosa que a Polícia Federal tinha acerca da segurança privada. Aproximou o DPF do segmento. Diminuiu a distância que existia entre eles e nós, empresários. Revolucionou a atividade com o GESP. O novo cargo que ele assume reflete a sua capacidade, o governo do Mato Grosso do Sul viu isso e o requisitou", Jéferson Furlan, presidente do Sindep-PR.

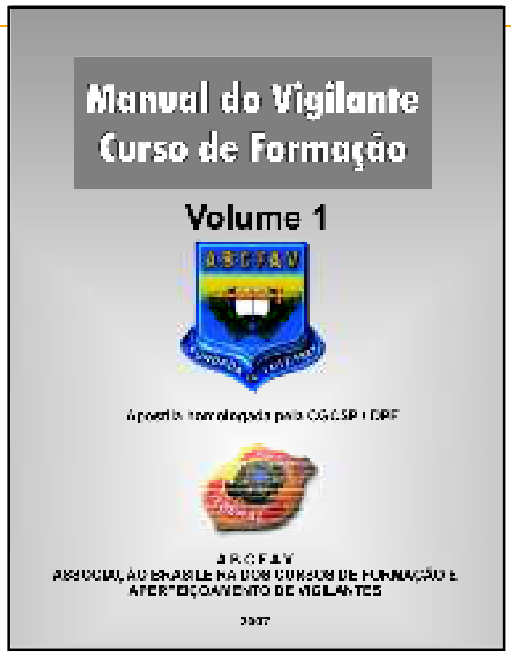


"O DPF sempre teve excelentes pessoas nessa missão. Mas o Dr. Jacini, até o momento, foi o que mais se empenhou para facilitar a qualidade e rapidez na troca de informações, com a criação do GESP. Essas informações facilitam a fiscalização e o controle da segurança privada. Ele realmente vestiu a camisa. Inovou, modernizou, trouxe qualidade ao relacionamento entre a PF e as entidades que representam o segmento", Marcelo Borges, vice-presidente nacional da Fenavist.

"A passagem do Dr. Jacini na CGCSP foi marcada pelo diálogo com as entidades representativas da segurança privada. Modernização das estruturas internas e publicação da Portaria nº 387 são exemplos do espírito empreendedor desta administração", Eraldo Dódero Reis, representante da Fenavist na Comissão Consultiva para Assuntos da Segurança Privada (CGCSP).

PDF created with pdfFactory trial version www.pdffactory.com

Manual uniformiza formação de Vigilantes



ABCFAV e Polícia Federal desenvolvem manual que visa a uma melhor a formação profissional dos vigilantes

A Associação Brasileira de Cursos de Formação e Aperfeiçoamento de Vigilantes (ABCFAV), em parceria com a Coordenação Geral de Controle de Segurança Privada (CGCSP), lançou, no mês de janeiro, o Manual do Vigilante, uma cartilha para os cursos de formação e reciclagem. O objetivo é uniformizar o ensino dado ao vigilante, em todas as academias do país. O manual traz o conteúdo mínimo a ser ensinado aos profissionais da área.

A publicação pretende dar melhor formação profissional ao vigilante e servir de instrumento de orientação para as academias que, caso queiram, podem acrescentar itens e disciplinas complementares. "Um ponto de destaque é que o manual permite que os cursos de todos os estados brasileiros possam adotar um material didático de boa qualidade, para ser utilizado por seus instrutores", comenta José Tarcísio, presidente da ABCFAV e vice-presidente da Fenavist para Assuntos de Cursos de Formação, um dos coordenadores do projeto.

O primeiro passo para a elaboração da cartilha foi dado pela CGCSP, logo após a edição da Portaria nº 387/2006. Preocupada em valorizar a formação do vigilante, a Coordenação entrou em contato com a ABCFAV para elaborar o Manual. "A CGCSP foi parceira e importantíssima no processo, pois, além de contribuir com material didático, vai implantar o Manual do Vigilante no site da Polícia Federal, para que as empresas possam fazer o *download* gratuitamente", reconhece Tarcísio. Além disso, a ABCFAV já enviou por *e-mail* o Manual do Vigilante para suas associadas.

A elaboração do Manual foi coordenada por Hércules Atanes, Ricardo Correa e Frederico Junqueira, além de José Tarcísio, e contou com a colaboração de cerca de 10 professores voluntários que terão seus nomes citados na publicação. Dividida por disciplina, ao final, a cartilha apresenta o texto da Portaria nº 387/2006.

Os idealizadores avaliam que o Manual vai contribuir significativamente para que o mercado tenha profissionais melhores e mais capacitados para a atividade de vigilância. "A profissionalização com maior qualidade só valoriza o profissional", avalia Tarcísio.

Agora, a instituição já está trabalhando nos manuais para os cursos de extensão e respectivas reciclagens.

Portaria nº 387 – Foram muitas as modificações que a Portaria nº 387 trouxe para os cursos de formação. Elevação de carga horária na formação, inserção de novas disciplinas, aumento da carga de tiro e uso de armas não letais, alterações em procedimentos administrativos e prazos são algumas das novidades. Todas essas transformações, de acordo com José Tarcísio, contribuíram para a elaboração do Manual do Vigilante, embora ele não tenha sido mencionado na legislação.

Dessa maneira, as academias e as empresas de vigilância terão que se adequar às modificações geradas pela Portaria nº 387. A Associação entende que um bom entrosamento com o DPF será fundamental para que os objetivos, de ambas as partes, sejam alcançados. A ABCFAV se preocupa ainda com as diferentes interpretações que algumas Delesps/CV fazem de artigos da nova portaria. "Interpretações diferentes por parte das Delesps e Comissões de Vistorias acabam promovendo um tratamento desigual entre as empresas e gerando conflitos e prejuízos de toda a ordem. O FAQ, acessível pelo *site* do DPF, com perguntas e respostas sobre pontos que geram maiores dúvidas, foi uma excelente medida tomada pela CGCSP", explica José Tarcísio.

PDF created with pdfFactory trial version www.pdffactory.com

Certificação profissional ASE

Abseg lança certificação para os profissionais de segurança brasileiros

A Associação Brasileira dos Profissionais em Segurança (Abseg), em parceria com a Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra (Adesg), acaba de lançar a certificação do profissional de segurança brasileiro, aspiração da Abseg desde a sua fundação, em março de 2005, resultado de mais de 14 meses de trabalho. A certificação profissional Analista de Segurança Empresarial (ASE) tem por objetivo se consolidar como a primeira certificação de nível superior no setor de segurança.

A certificação colocará ao alcance do profissional de segurança brasileiro a oportunidade de reconhecimento como detentor de requisitos e de conhecimentos que o diferenciem efetivamente no mercado, tais como formação acadêmica, títulos, experiência profissional e, se for o caso, uma aferição.

De acordo com o presidente da Abseg, Igor Pípolo, a idéia surgiu com a constatação da inexistência de uma certificação que reconhecesse o profissional com nível superior. “Fomos ao mercado e identificamos muitas pessoas com formação superior em outras áreas que atuam na segurança privada, mas sem o devido reconhecimento”, conta Igor. Além disso, ele afirma que a parceria com a Adesg, que será a auditora do processo de validação, será importantíssima, pois dará maior credibilidade ao certificado. “A Adesg é uma instituição de respeito, que estuda as estratégias de defesa do Brasil e que viu no trabalho da Abseg seriedade e profissionalismo, por isso nos deu um voto de confiança”, afirma Pípolo.

O certificado ASE representa vantagens também para as empresas que vierem a utilizar os serviços do profissional certificado, pois terá a certeza de que estará contratando um profissional com as qualificações requeridas. A importância de uma certificação desse porte fica mais clara, ao saber que, nos EUA, pela pesquisa da American Society for Industrial Security (ASIS), os profissionais com o Certified Protection Professional (CPP), documento semelhante ao lançado no Brasil, têm um nível salarial cerca de 30% mais elevado que o dos profissionais não certificados.

“Todas as áreas de atuação da atividade terão profissionais melhores e, conseqüentemente, poderão vender melhor os serviços, pois estarão oferecendo profissionais que realmente sabem o que estão fazendo”, comemora o presidente da Abseg.

A certificação é concedida aos profissionais de segurança de todas as organizações, tanto privadas quanto públicas, uma vez que os conceitos empregados na prevenção de perdas e na proteção de ativos, processos, serviços e informações aplicam-se a ambos os segmentos. Isso se deve ao fato de que essa certificação contém tópicos de interesse de qualquer organização para o tratamento adequado de questões de segurança. Dessa forma, a Abseg, quando denomina a certificação de Analista de Segurança Empresarial, não está limitando seu alcance aos que atuam no segmento privado, pois os modernos conceitos de Segurança Empresarial, ao exigirem tratamento multidisciplinar e integrado, aplicam-se a empresas, autarquias, fundações, organizações governamentais e não governamentais. Basta, para isso, que haja, entre as determinações de seus dirigentes, a de proteger colaboradores, instalações, processos, informações e demais ativos.

PDF created with pdfFactory trial version www.pdffactory.com

Os critérios estabelecidos consideram a formação acadêmica e a experiência do profissional como pré-requisitos, que podem ser completados com uma aferição de sua qualificação, por meio de uma prova. Todo o processo será conduzido pela Adesg, que examinará os documentos apresentados pelos candidatos, fará as verificações, aplicará os critérios de apuração de pontuação e realizará as provas.

Obtenção – Para ser considerado apto nas modalidades de certificação, o candidato deverá atender aos pré-requisitos descritos no Manual de Certificação ASE (disponível no *site* da instituição www.abseg.com.br), bem como comprovar esses requisitos com o envio de documentos. O Formulário de Solicitação, juntamente com a documentação necessária e a declaração, deverá ser encaminhado à Comissão de Certificação ASE, Av. Eng. Luiz Carlos Berrini, nº. 1.700 - conj. 105, Brooklin Novo, 04571-000, São Paulo-SP.

Foto:Divulgação

Presidente da Abseg, Igor Pípolo

O ASE possui duas modalidades de exame, a primeira denominada Prova de Conhecimentos sobre Segurança Empresarial, à qual, cumpridos os pré-requisitos, o candidato deverá se submeter. Essa constará de 200 perguntas e respostas de múltipla escolha, com um índice mínimo de acerto de 75% das questões para obtenção do certificado. A pontuação irá de 0 a 100, e cada questão terá o valor de 0,5 ponto. O tempo para execução da prova será de quatro horas. Na segunda modalidade, denominada Títulos e Experiência Profissional, o candidato deverá apresentar os documentos que comprovem os requisitos exigidos para lograr a certificação. Deverá atingir a pontuação mínima de 800 pontos, dos quais 400 pontos para Títulos (estudos e formação) e 400 pontos para Experiência Profissional.

A primeira prova será realizada no dia 30 de maio de 2007, quarta-feira, com início às 9h e término às 13h, na EXPOSEC 2007, no Imigrantes Centro de Exposições, na Rodovia dos Imigrantes, Km 1,5, São Paulo-SP. O resultado do exame será publicado no *site* da Abseg e da Adesg/SP (www.adesgsp.org.br) até 30 dias após o exame. Os que não obtiverem a pontuação mínima exigida receberão um comunicado expresso com a pontuação alcançada. A entidade espera que, pelo menos, 50 profissionais participem desta primeira seleção.

Outro item importantíssimo sobre a certificação ASE é a renovação do documento. A cada três anos depois de obtida, o profissional deverá renovar sua certificação por igual período, enviando ao Comitê de Certificação cópia de comprovantes de atividades profissionais ou de estudos que completem a pontuação mínima de 300 pontos, conforme tabela constante do Manual, sob pena de perderem suas certificações originais.

Má conduta ética ou profissional, prática de crime ou ilícito ou qualquer ato capaz de prejudicar a imagem dos profissionais de Segurança Empresarial, por parte de um profissional certificado, ensejará a cassação da ASE. Os casos serão julgados por um Conselho de Ética, composto de cinco membros da Abseg não ocupantes de cargos estatutários. Esses membros deverão julgar o caso, podendo, de acordo com o resultado de sua votação aberta (por maioria simples) e registrada em Ata, cassar ou não a certificação do profissional, que poderá ser também afastado do quadro associativo definitivamente.

Novos projetos – A Abseg e a Adesg pretendem lançar ainda no primeiro semestre de 2007 uma certificação para nível técnico, denominada Técnico em Segurança Empresarial (TSE). Além disso, há possibilidade de se firmar uma parceria com a Associação Brasileira das Empresas de Sistemas Eletrônicos de Segurança (ABESE) para criar uma certificação para Especialista em Segurança Eletrônica.

As parcerias e o apoio dado pelas entidades ligadas à segurança privada ao projeto merecem destaque do presidente da Abseg, que faz questão de cumprimentar a Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist). "Agradeço a Fenavist pela ajuda e apoio desde o início. A Federação é um dos sócios fundadores da Abseg e, juntamente conosco, tem lutado para promover práticas melhores de mercado, além da busca constante por profissionais mais bem qualificados", completa Igor Pípolo.

Esclarecimentos complementares poderão ser obtidos na ABSEG, por meio do *e-mail* abseg@abseg.com.br.

PDF created with pdfFactory trial version www.pdffactory.com

Pernambuco se une para combater crime organizado

Polícias, bancos e sindicato criam Centro de Inteligência e conseguem diminuir a criminalidade no estado

O ano de 2006 foi marcado por notícias que davam conta de que o crime organizado se transformara em um poder paralelo, uma instituição mais bem organizada que o poder público, uma doença sem remédio ou de cura muito cara, pois a solução parecia demandar investimentos muito altos. Contudo, o estado de Pernambuco desenvolveu uma fórmula barata e com resultados efetivos.

Sem esperar por milagres, as instituições responsáveis ou ligadas à segurança do estado, públicas ou particulares, se basearam em um ditado antigo, segundo o qual "a união faz a força". Sob esse pilar, a Polícia Civil, a Polícia Militar (PM), a Polícia Rodoviária Federal (PRF), o Banco do Brasil (BB), a Caixa Econômica Federal (CEF) e o Sindicato das Empresas de Segurança e Vigilância (SESVI-PE) se organizaram em uma "Câmara" de Inteligência para trocar informações, se antecipar aos bandidos e coibir o crime organizado de maneira efetiva.

"Ninguém trabalha sem Inteligência. E nosso setor é muito bom nesse quesito. Temos desvendado muitos crimes graças à troca de dados. Além disso, as informações repassadas pelos bancos à polícia ajudam muito", comenta o chefe-geral da Polícia de Pernambuco, Djalma Raposo. Outro aspecto a ressaltar é a troca de informações, primordial para o sucesso da "Câmara", diz o gerente de Representação da Caixa Econômica Federal (CEF), Saulo Pessoa Batista dos Santos. "Temos necessidade de participar do conceito de segurança cidadã. Apesar de a CEF não ser polícia, tampouco a área de segurança da CEF ter função de polícia, entendemos ser nossa obrigação participar dessa tentativa de diminuir os índices de violência. Podemos ajudar na troca de informação, seja na segurança pública, seja nas áreas de Inteligência."

A rede – Assaltos a banco, tráfico de drogas, assaltos a carros-fortes, tráfico de armas e seqüestros são crimes intimamente relacionados. Normalmente, as somas obtidas nos assaltos são revertidas em armamentos e na compra de entorpecentes. Os armamentos são utilizados em novos crimes, já as drogas, revendidas. Com o dinheiro dos resgates dos seqüestros, o caminho é o mesmo. "Os assaltos a bancos e o tráfico de drogas estão interligados. Todo assalto tem por trás o roubo de um veículo. Com as drogas, é a mesma coisa", comenta Djalma Raposo. Por isso, é consenso dos membros da "Câmara" que o crime precisa ser combatido como um todo, não de maneira segmentada. "Ou se combate o crime organizado como um todo, ou se se entrega a ele", afirma o presidente do SESVI-PE, Agostinho Gomes.

Com esse pensamento, todos os empenhados nesse trabalho pioneiro se esforçam para cruzar informações e chegar às quadrilhas, pois o assaltante de banco hoje pode ser o traficante de amanhã ou o responsável por assaltos a carros-fortes.

PDF created with pdfFactory trial version www.pdffactory.com

Início – No final de 2005, o SESVI-PE firmou convênio com a Secretaria de Defesa Social (Secretaria de Segurança Pública) do Estado do Pernambuco. O convênio previa a realização de uma série de atividades conjuntas, com o intuito de combater a criminalidade e promover a paz. Entre as ferramentas do convênio, encontra-se um Centro de Inteligência, coordenado pelo capitão Evilásio, representante do sindicato, por meio do qual é possível a troca de informações, e, conseqüentemente, a antecipação das ações de combate à criminalidade, a diminuição do risco de assaltos, bem como dos perigos para os vigilantes.

De acordo com o coordenador do Centro de Inteligência, a parceria se fez necessária, já que a segurança pública não estava sendo capaz de enfrentar sozinha tantos problemas, por isso surgiu a idéia da "Câmara". "A segurança pública, hoje, não tem condições de cumprir o que estabelece a Constituição Federal. Há falta de efetivo e de equipamento, além de déficits estruturais. O apoio e a tomada de consciência de órgãos privados de que devem colaborar com os órgãos públicos são fundamentais para a diminuição da criminalidade."

Atualmente, as reuniões acontecem na sede do próprio sindicato patronal. Os membros se reúnem pelo menos uma vez por mês, e, dependendo das ações, podem se tornar até semanais. Essas reuniões geraram um grupo de estudo que monitora a ação das quadrilhas de assaltantes em vários estados da região Nordeste. Graças às informações fornecidas por todas as partes da parceria, várias pessoas de organizações criminosas foram presas durante o ano de 2006.

Resultados – Desde a sua implantação, a "Câmara" de Inteligência tem colhido bons frutos. No que tange à segurança privada, no mês de outubro de 2006, o estado de Pernambuco completou um ano sem assaltos a carros-fortes. Todas as tentativas foram coibidas, ou, até mesmo, frustradas antes do início, graças à antecipação promovida pela troca de informações. O número de assaltos a bancos também caiu, pois as tentativas também passaram a ser frustradas. Além disso, com a prisão de várias quadrilhas especializadas em roubos, o índice de incidência diminuiu.

Em virtude das informações, alguns dos principais bandidos do estado, juntamente com suas respectivas quadrilhas, foram presos. Dois dos mais perigosos, inclusive, faleceram, ao trocarem tiros com a polícia.
Entre os chefes de quadrilha mortos em confronto com a polícia, após serem encontrados, graças, entre outras coisas, às informações obtidas pelo Centro de Inteligência, está José Ribamar Gomes, 42 anos, conhecido como "Lourinho", que somente em 2006 roubou mais de R$ 10 milhões. Lourinho também ficou conhecido pela crueldade em seus crimes. Ele explodia os carros-fortes com os vigilantes dentro.

"Lourinho era muito esperto e cruel. O que ele fez com os vigilantes dos carros-fortes foi terrível. A inteligência dele veio à tona, quando começamos a investigá-lo. Suas artimanhas eram inteligentes, ele conhecia as técnicas policiais e conseguia escapar", lembra o diretor-geral de Operações de Polícia Judiciária da Polícia Civil de Pernambuco, Newson Motta.

Também morreu em confronto com a polícia Gérson Teixeira dos Santos, 30 anos, vulgo Pivete. Também assaltante de carros-fortes, Pivete era considerado o maior assaltante de carros-fortes da América do Sul; só em

Foto:Luís Augusto

Reunião da "Câmara" de Inteligência

Pernambuco, comandou seis ações. Assim como Lourinho, Pivete só foi preso graças ao trabalho coletivo entre a "Câmara" de Informações e as polícias do estado.

A morte de ambos, contudo, não foi comemorada pela polícia pernambucana. "Pivete e Lourinho eram procurados há muito tempo. Estavam na mira da Delegacia de Roubos e Furtos. O Pivete, por exemplo, a cada dia se mostrava mais feroz. Para prendê-lo, mandamos uma equipe para Vitória e, depois, Goiás. O delegado Newson foi acompanhar o caso. Houve enfrentamento e ordem para ser preso vivo, pois tinha muita coisa para contar. Como o maior assaltante de carros-fortes da América Latina, tinha mandado de prisão em 10 estados brasileiros. Na camionete em que ele foi pego, foi encontrado um armamento pesadíssimo", explica o chefe-geral da Polícia.

PDF created with pdfFactory trial version www.pdffactory.com

As informações obtidas pelo Centro de Inteligência, porém, não são úteis apenas para prender bandidos que assaltam bancos e empresas de transporte de valores, duas das atividades que merecem o foco da "Câmara". Os dados são utilizados também para evitar seqüestros, prender traficantes e coibir quadrilhas ligadas ao Primeiro Comando da Capital (PCC). Todas as pessoas e órgãos ligados à segurança do estado concordam que os crimes estão interligados.

Dessa forma, inúmeras organizações criminosas de Pernambuco foram desmanteladas nos últimos meses. Há um trabalho da polícia voltado para enviar para presídios federais de segurança máxima os criminosos mais perigosos do estado que estão detidos. Em setembro, 25 presos de alta periculosidade foram encaminhados para o presídio federal de Catanduvas, o mesmo em que o traficante Fernandinho Beira-Mar se encontra recluso.

Exemplo – O trabalho desenvolvido pela polícia pernambucana com o apoio da "Câmara" de Inteligência tem chamado a atenção de outros estados, principalmente no Nordeste. Isso se deve ao fato de a troca de informações pelas entidades que contribuem com o Centro de Inteligência terem ajudado a deflagrar ações em outros estados do Nordeste, além de prender quadrilhas com atuação no país inteiro.

Até mesmo seqüestros em outros estados puderam ser evitados graças às informações da "Câmara". Contudo, esses resultados não são alcançados do dia para a noite. "Isso não é fruto de uma gestão, mas um trabalho longo. Não considero que somos melhores que a polícia do país. Acho que somos a melhor polícia do mundo, porque fazer o quer fazemos com os recursos que temos não é brincadeira não. Temos conseguido nos antecipar ao PCC, graças às informações, desde roubos até explosão de presídios", comemora o chefe-geral de Polícia.

Estados como a Paraíba e o Ceará já buscaram informações com os pernambucanos. O delegado do Grupo de Operações Especiais, Antônio Barros, inclusive já foi ao estado do Ceará explicar os procedimentos utilizados pela polícia pernambucana em casos de seqüestros. Sindicatos de segurança privada também já procuraram o SESVI-PE para saber como proceder e firmar convênios similares com as Secretarias de Segurança Pública de seus estados.

Entretanto, o maior exemplo, talvez, fique para a sociedade, incluindo as empresas de segurança privada, já que ações simples como integração com a polícia e contratantes pode reduzir o número de problemas tanto para a sociedade, quanto para as empresas.

Foto: Luis Augusto

Chefe-geral da Polícia de Pernambuco, Djalma Raposo

Futuro – A polícia pernambucana, juntamente com os membros da "Câmara" de Inteligência, já traça metas para o futuro. "Entre as próximas ações, nossa prioridade é o combate aos homicídios. Mata-se muito em nosso estado. E o pior é que são sempre os mesmos assassinos. Para resolver esse problema, pretendemos criar o Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa. Acho que será o maior departamento da polícia de Pernambuco", conta Dijalma Raposo.

Juntamente com os bancos, a polícia pernambucana pretende investir em uma área nova, mas que vem gerando muitos prejuízos à sociedade, os crimes cibernéticos. A idéia é diminuir a incidência dos crimes virtuais, também com a utilização da troca de informações para chegar aos bandidos virtuais. Estão na pauta ainda: pedofilia, drogas, vendas de armas, entre outros crimes.

Há, ainda, um projeto de reunir todos os delegados das delegacias especiais do Nordeste em um evento sobre troca de informações, aprendizagem e criação de novas ferramentas de combate ao crime organizado.

PDF created with pdfFactory trial version www.pdffactory.com

Ano novo, vida tributária nova!

Já me perguntei muitas vezes por que os empresários gostam de pagar tributos. É, é isso mesmo. Entre discutir e pagar, preferem pagar

Lucyanna Fatuche
Advogada especialista em Direito Tributário e Terceirização de Mão-de-Obra

Já me perguntei muitas vezes por que os empresários gostam de pagar tributos. É, é isso mesmo. Entre discutir e pagar, preferem pagar. Os empresários são ferozes negociadores, não medem esforços para "discutir", com boas razões, com os fornecedores e clientes, mas, quando se trata do Fisco, mudam de estratégia.

De um levantamento feito sobre os débitos tributários lançados contra as empresas que atendemos, praticamente sua totalidade é abusiva. Ou seja, os valores levantados pelo Fisco geralmente são maiores que os devidos, muitas vezes 100%, 200%, 300%, 1000% a mais!

Ainda, quando há discussão perante o Poder Judiciário, comprova-se o "arbitramento", a "glosa" procedida pelo Fisco. Ou seja, a fiscalização lança. Se a empresa não discutir a dívida, é considerada certa, líquida, e a empresa compelida a pagar o que não deve.

Com as dificuldades impostas pelo mercado, o empresário, que precisa da Certidão Negativa de Débitos (CND) para dar ensejo às atividades empresariais, acaba por escolher o caminho mais fácil, o da confissão, do parcelamento, do Refis, do PAES!

O caminho para obtenção da sonhada CND acaba sendo minimizado pela aceitação da dívida. Porém, apesar de curto, é extremamente árduo. Das empresas que aderem a confissões, parcelamentos, etc., 90% não conseguem continuar a pagar já nos primeiros 6 meses. Portanto, além da dívida aumentar, o problema do lançamento abusivo não é resolvido.

Um novo modo de encarar esse desafio é discutir o lançamento das dívidas. Essa discussão pode ser gerada em qualquer situação, inclusive se o empresário foi "vítima" das falsas facilidades dos planos de parcelamento e confissão.

Durante a discussão da dívida perante o Poder Judiciário, a empresa pode continuar normalmente suas atividades e, inclusive, obter as certidões necessárias à sua sobrevivência. A discussão contra o Fisco, portanto, é um direito, previsto na Constituição Federal!

O desembargador do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, Álvaro Eduardo Junqueira, em um julgado a respeito do tema, discorreu:

"O valor lançado com débito, desta forma, não espelha a verdade dos fatos, distorcendo, de conseguinte, a base de cálculo com repercussão no princípio da legalidade tributária, via transversa, já que colide com a legislação de regência, Leis n.° 8212/91, 8213/91 e Decretos regulamentares, e, o que é mais grave, fosse adotado, implicaria enriquecimento sem causa em prol da Administração Pública, despido de qualquer base jurídica e até ao arrepio da lei e normatização administrativa, o que é intolerável num Estado Democrático de Direito, sendo suficientes os erros apontados para ensejar a nulidade da NFLD hostilizada".

O final da discussão acaba por declarar a abusividade do Fisco e decretar a nulidade dos débitos. Não é sonho! Mas pode ser o início de um ano tributário realmente novo!

PDF created with pdfFactory trial version www.pdffactory.com

ABTV promove confraternização

Entidade reuniu o Departamento de Polícia Federal e representantes da segurança privada em jantar que comemorou as conquistas de 2006

Foto: Rodolfo Stucket

Confraternização reflete união entre segurança privada e a Polícia Federal

Após um ano de intensos trabalhos, quase sempre em parceria com o Departamento de Polícia Federal (DPF) e a Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist), a Associação Brasileira das Empresas de Transporte de Valores (ABTV) promoveu, no dia 15 de dezembro, um jantar de confraternização no Hotel Meliá, em Brasília. A confraternização contou com a alta cúpula do DPF, além de representantes do segmento.

Em clima de descontração, bem diferente do vivido no dia-a-dia, o diretor-executivo, Zulmar Pimentel dos Santos; o coordenador-geral de Controle de Segurança Privada, Wantuir Jacini; o corregedor-geral do DPF, José Ivan Guimarães Lobato; o diretor do Departamento de Penitenciária Nacional (Depen), Wilson Salles Damásio, entre outros membros da corporação, comemoram as vitórias alcançadas em 2006 e recarregam as energias para o ano que se inicia.

Além do presidente da ABTV – anfitrião do evento, Marcos Paiva, e do diretor regional da entidade, Eraldo Dodero Reis, o segmento de segurança privada se fez representar na festa pelo presidente da Fenavist, Jerfferson Simões; pelo presidente da Associação Brasileira das Empresas de Vigilância e Segurança (Abrevis), José Jacobson Neto, juntamente com o vice-presidente nacional da Fenavist, Marcelo Borges, e o vice-presidente da Fenavist para Assuntos da Região Norte, Guilherme Alexandre.

Como na edição de 2005, o bom clima na confraternização refletiu o momento de união e cooperação vivido entre a segurança privada e o DPF, órgão que regulamenta a atividade. “O ambiente agradável apenas demonstra que ambas as partes têm a consciência de que necessitam trabalhar unidas para que o segmento possa continuar a crescer e se desenvolver, tanto na área comercial, quanto no âmbito regulatório”, comenta o presidente da ABTV.

Marcos Paiva diz ainda que o jantar serviu para que todos festejassem as conquistas do ano, extravasassem o cansaço e renovassem as forças para enfrentar os desafios em 2007. “Hoje comemoramos entre amigos as vitórias da atividade, mas também buscamos renovar nossas energias, para que possamos enfrentar os obstáculos de 2007, com a mesma garra e determinação com que alcançamos nossos objetivos no ano que fica para trás”, afirma Paiva.

Despedida – O então coordenador-geral de Controle de Segurança Privada do Departamento de Polícia Federal, Wantuir Jacini, anunciou durante o jantar o seu desligamento da Coordenação-Geral de Controle de Segurança Privada (CGCSP). Ele deixa o cargo após dois anos e quatro meses para assumir a Secretaria Estadual de Segurança Pública do Mato Grosso do Sul.

No período em que esteve à frente da CGCSP, Jacini sempre teve a preocupação de estreitar o relacionamento com as entidades representantes da segurança privada. “O Dr. Jacini nos deu uma abertura muito grande, possibilitando que nós, representantes da atividade, pudéssemos opinar sobre tudo o que interessava ao nosso segmento”, lembra Jerfferson Simões, presidente da Fenavist.

Outro a fazer o uso da palavra durante a festa foi o diretor-executivo da PF, Zulmar Pimentel. Ele fez questão de ressaltar o grande avanço da Comissão Consultiva para Assuntos da Segurança Privada (CGCSP) nas análises dos processos de infrações cometidos por empresas de Segurança Privada, Segurança Orgânica e bancos. Além disso, considerou excelente o nível democrático do relacionamento mantido entre representantes patronais, laborais e das várias entidades representadas na comissão como o Ministério do Exército, a Federação Brasileira de Bancos (Febraban) e o Instituto de Resseguros do Brasil (IRB).

PDF created with pdfFactory trial version www.pdffactory.com

Requisitos de validade das convenções coletivas

A antecedência na iniciativa de negociar é fundamental, porque a maior parte do faturamento das empresas é destinada a pagamento de salários e seus consectários financeiros

Ao iniciar um novo ano, os sindicatos precisam começar a refletir sobre as negociações coletivas, visando à celebração de novas convenções coletivas que regerão os próximos doze meses a partir de cada data-base.

Em se tratando de categorias dos segmentos de serviços terceirizados, são necessárias não somente reflexões, mas também ações concretas e com bastante antecedência, pois a falta de assinatura dos acordos, antes ou nas datas dos reajustes salariais, pode causar prejuízos tanto para as empresas, quanto para os trabalhadores.

A antecedência na iniciativa de negociar é fundamental, porque a maior parte do faturamento das empresas é destinada a pagamento de salários e seus consectários financeiros, o que torna imprescindível o repasse antecipado do aumento de custos correspondente ao percentual de reajuste salarial para os contratantes e outras concessões sociais.

Essa lógica hoje é mais evidente porque as empresas não possuem "gordura para ser queimada", isto é, não têm recursos financeiros para pagar os aumentos salariais de seus empregados, sem o correspondente repasse do adicional incrementado ao contrato.

São duas as razões que concorrem para isso: a lucratividade tem diminuído sensivelmente e os juros bancários estão muito altos. Assim, a falta de repasse do aumento de custos para os contratantes é capaz de inviabilizar as atividades da empresa terceirizada e de impedir o pagamento dos reajustes dos salários e os recolhimentos dos valores sobre eles incidentes.

Quanto aos requisitos legais das negociações coletivas e das convenções e acordos coletivos, há aqueles objetivamente relacionados na CLT, além da limitação relativa aos direitos indisponíveis

Dra. Celita Oliveira Sousa
Consultora Jurídica da Fenavist

PDF created with pdfFactory trial version www.pdffactory.com

ENTREVISTA

Segurança Privada é parceira da sociedade na luta por Segurança

Presidente da Fenavist, Jerfferson Simões, avalia evolução do segmento e fala das perspectivas para 2007

Foto: Luís Augusto

Revista Fenavist - Quais os principais diferenciais do segmento hoje e há dois anos?

Jerfferson Simões - Acredito que a palavra-chave seja conscientização. Os empresários perceberam a necessidade de trabalhar de maneira coesa em torno de objetivos coletivos e não meramente individuais. A profissio-nalização também cresceu a olhos vistos, o que cria dificuldades para os maus profissionais. Qualificação dos profissionais das empresas também tem deixado de ser vista como despesa para ser considerada investimento. O mercado tem mostrado índices de crescimento pequenos, porém estáveis. Por fim, o Brasil tem se adequado a tendências mundiais no que dizem respeito à segurança privada nacional, que vem sendo considerada parceira e não concorrente pela segurança pública.

RF - Mesmo com um cenário político conturbado, a Fenavist conquistou avanços importantes para o segmento. A que se deve essa rápida evolução mesmo na adversidade?

JS - Realmente passamos por momentos difíceis nos últimos anos. Diversas crises políticas assombraram o cenário nacional, bem como leis que poderiam ter provocado a falência de muitas empresas, como era o caso da MP 232/2005. Contudo, nosso segredo para vencer as adversidades foi nos manter em uma linha de crescimento e encarar os desafios. Buscamos de nossos pares suporte e apoio para discordar do Congresso quando necessário. Fizemos valer nossa importância econômica para o país. Geramos cerca de 500 mil empregos e movimentamos mais de 12 bilhões de reais ao ano. Considero esses números importantes para a economia nacional. Outro fator importante foi o planejamento. Quando assumi meu segundo mandato em 2004 à frente da Federação, reunido com empresários do país inteiro, traçamos metas e ações para o período de gestão, que era de três anos. Esse planejamento possibilitou à Federação pensar no futuro e poder desenvolver trabalhos que resultaram no fortalecimento da atividade, para que nossas empresas, mesmo enfrentando adversidades, pudessem desenvolver um trabalho bacana e sobrevivessem. Assim, posso afirmar que a evolução não foi rápida, mas coordenada, estruturada e planejada. Sem um planejamento em médio e longo prazo, não é possível alcançar resultados realmente satisfatórios. Os empresários de segurança privada têm entendido isso e nos apoiado nas ações de mais longa duração, já que sabem que não dá para viver apenas o hoje no campo da economia.

RF - Como o senhor avalia a imagem da Fenavist hoje, perante a sociedade, imprensa e órgãos governamentais?

JS - A imagem da Fenavist é ótima. O trabalho dos últimos anos já fez com que os contratantes deixassem de nos ver como oportunistas, que ganham dinheiro em virtude de uma falha dos governos que não oferecem segurança de modo que a população se sinta tranqüila. Hoje, já somos vistos com respeito, como prestadores de um serviço que não está aqui para concorrer com a segurança pública, mas para complementá-la. Isso fica visível quando temos os órgãos públicos como um dos maiores contratantes de segurança privada no país. Entretanto, essa imagem precisa se fortalecer perante a sociedade. Nesse quesito ainda sofremos pela presença das empresas clandestinas que prestam serviços de má qualidade, muitas vezes colocando em risco a vida de quem eles, teoricamente, deveriam proteger. No que diz respeito à imprensa, também criamos um vínculo importante nos últimos anos. Com a publicação do Estudo do Setor da Segurança Privada (Esseg), responsável por traçar um raio-X da atividade, e graças às diversas ações empreendidas pela Federação como os ENESPs e o fórum empresarial, hoje somos considerados a grande referência em segurança privada no país, para a grande mídia, a Polícia Federal, os contratantes...

RF - Quais foram as bases que nortearam seu trabalho à frente da Fenavist nos dois últimos anos?

JS - Não diria apenas nos dois últimos anos, mas durante toda a minha vida sindical. Trabalhei sempre em busca da união e da conscientização de que o interesse coletivo vem à frente do pessoal. Minha empresa não crescerá, se o mercado não estiver promissor para todos. Não há serviço, se não há

PDF created with pdfFactory trial version www.pdffactory.com

demanda. É preciso sempre desenvolver ações que levem ao desenvolvimento e crescimento da atividade e, não apenas, ao de uma empresa. Nesse sentido, bairrismo, orgulho e ego devem ser totalmente descartados, se não quisermos passar por um processo de autodestruição da atividade. A união, o planejamento, a seriedade e o diálogo também estruturaram as ações empreendidas pela Fenavist nos últimos anos. O planejamento serve de norte para que o trabalho não seja feito de maneira desorganizada, sem chegar a lugar algum. Pensando nisso, entre outras coisas colocamos em ação o Projeto Fenavist, que é uma série de ações que inclui o Esseg, o Encontro das Empresas de Segurança Privada (Enesp), a Central de Compras (Fenegócios), cujos resultados estão apenas no início, com bons indícios de que ainda trarão muitos benefícios para a atividade e para as empresas do setor. A seriedade reflete o comprometimento de todos com o futuro do segmento e faz com que sejamos respeitados perante a sociedade, o governo e a imprensa. Faz com que sejamos vistos não como um grupo de empresários que se reúne para fazer barulho ou para jogar conversa fora, mas que está unido pelo desenvolvimento do mercado no qual atuam. Por fim, o diálogo apresenta-se, talvez, como a ferramenta mais importante de todas. Somos uma Federação que representa o interesse de todos os sindicatos associados e das quase 1.900 empresas, então o que vale no final não é a opinião do Jerfferson Simões, mas a opinião formada, em consenso, após serem ouvidos todos os interessados. O fortalecimento do diálogo também foi algo em que me empenhei, entre outras coisas porque a idéia de um empresário do norte, do centro-oeste ou de qualquer região do país pode ajudar as empresas do Brasil inteiro, nas diversas áreas de nossa atividade.

> "Os empresários perceberam a necessidade de trabalhar de maneira coesa em torno de objetivos coletivos e não meramente individuais"

RF - A clandestinidade é o maior problema enfrentado pelo segmento?

JS - Ao lado dos preços inexeqüíveis, sem dúvida alguma. Por isso, há muito tempo estamos trabalhando, junto com os sindicatos de todos os estados, formas de conscientização e estratégias para coibir a ação de empresas irregulares e que trabalham com preço abaixo da linha de custo, o que prejudica as empresas sérias que pagam impostos e respeitam a sociedade. Lutamos para que se crie uma legislação nacional para punir essas empresas de maneira severa. Contudo, é preciso chegar também aos contratantes, uma vez que, visando economizar pequenas quantias, eles são co-responsáveis pela escolha de empresas clandestinas e irregulares.

RF - Quais as vantagens da aproximação da Fenavist com o DPF? O que isso representou para o segmento?

JS - Antes de pensarmos nas vantagens, é necessário salientar que essa maior aproximação se deu graças a um trabalho que começou a ser desenvolvido quando o Ministério da Justiça transferiu o controle da Segurança Privada para a Polícia Federal. Desde então, a Fenavist empreendeu ações que demonstraram ao DPF, órgão que regulamenta o setor, que tínhamos um projeto sério, que não éramos contra eles, apenas queríamos ser ouvidos nas decisões importantes capazes de influenciar a atividade. Com o tempo, sempre na base do diálogo, conseguimos pequenas aberturas, que foram crescendo dia após dia, até a gestão do Dr. Wantuir Jacini, à frente da Coordenação Geral de Controle de Segurança Privada (CGCSP), que abriu, definitivamente, as portas para o segmento. Depois disso, não ficamos de fora de nenhuma discussão. Tivemos a oportunidade de discutir o texto de uma portaria que regula o funcionamento das empresas de segurança, antes de ser publicada. A Federação pôde sugerir e criticar pontos considerados incoerentes da então minuta da Portaria 387, publicada no ano passado. Passamos a ter voz ativa e não apenas esperar as decisões sobre fiscalização e regulamentação da atividade. Agora, discutimos prazos de implantação de novas ferramentas, vigência de leis, entre outras coisas. Antes éramos obrigados a acatar o que a Polícia Federal decidia. Hoje, somos parceiros do DPF. Estamos promovendo a implantação e o treinamento do Gesp juntos, em todos os estados do país. O DPF tem participado sistematicamente dos Enesps sempre com palestrantes. Isso nos dá credibilidade e mostra a força de nosso segmento. Também não podemos esquecer que o respeito é recíproco entre as instituições, tanto que a Fenavist é a legítima representante das empresas na Comissão Consultiva para Assuntos da Segurança Privada (CCASP).

RF - E na relação com o Congresso Nacional, o que mudou?

JS - O trabalho com o Congresso foi bem parecido com o desenvolvido com o DPF. Lento, constante, baseado em diálogo e com bons resultados. Atualmente, mesmo sem ter uma bancada formada, a atividade de segurança privada se faz ouvir no Congresso graças às ações empreendidas e, principalmente, com a publicação do Esseg, que mostrou a real importância da atividade. Conseguimos nos reunir com deputados, muitas vezes presidentes de comissões que aprovam ou não os Projetos de Lei (PLs). Com o respeito conquistado, também passamos a sugerir a elaboração de PLs aos deputados e senadores, que sempre ponderam qual a importância deles para a sociedade. Se antes, eles sequer sabiam o que era a segurança privada, hoje têm consciência de que somos uma atividade economicamente importante, além de responsáveis, juntamente com as corporações militares, pela segurança e pelo bem-estar da população. Contudo, a aproximação não se deu apenas com deputados e senadores. Perante os ministérios, nossa representatividade também foi reconhecida. Conseguimos reivindicar, de maneira

PDF created with pdfFactory trial version www.pdffactory.com

mais sistemática, perante o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), reajustes na tabela que limita o valor que os órgãos públicos podem pagar nos contratos firmados com as empresas de segurança privada. Outros ministérios também têm reconhecido a importância da Federação. No ano passado, fomos recebidos no Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e tivemos a oportunidade de dialogar a respeito do impacto que a obrigatoriedade do uso do colete a prova de balas como EPI poderia acarretar à segurança. No final, o MTE entendeu o exposto e elaborou uma portaria que levou em consideração as particularidades do segmento. Discutimos ainda a taxa do uso de armas, o monitoramento de projetos que impactam na segurança, entre outros, de importância crucial para o segmento.

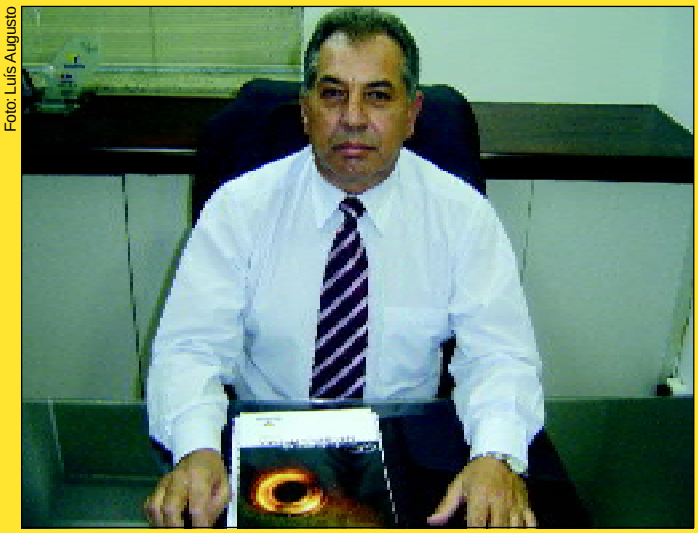
RF - A participação dos associados cresceu significativamente nos últimos anos. A que se deve?

JS - Muito se deve aos pontos ressaltados anteriormente. Planejamento, seriedade e diálogo, as bases de nossa gestão, fizeram com que os associados vissem na Federação uma instituição séria. Graças aos resultados alcançados pelos diversos projetos desenvolvidos pela Fenavist, os associados passaram a considerar bem empregados os valores das contribuições pagas por eles. Enxergaram que o propósito maior da Federação é a união entre todos os participantes do segmento, pois assim as empresas e sindicatos passam a ter mais força, o que reflete em benefícios diretos, tanto para a categoria, quanto para a sociedade. A criação do Conselho Gestor foi fundamental para facilitar a democratização das informações e trazer os problemas regionais para discussão e, assim, possibilitar um maior empenho da diretoria nas questões regionais. Novos canais de comunicação também possibilitaram maior circulação e democratização de informações e, nesse sentido, criamos a revista Fenavist, boletins eletrônicos; promovemos os Enesps nas cinco regiões do Brasil; estamos percorrendo todo o país para ouvir os empresários e trocar idéias, de maneira que possamos entender as particularidades regionais, o que nos possibilita fazer um trabalho que atenda às necessidades de todos. Estamos sempre dispostos a somar. Vejo que os associados entenderam nossa mensagem e se empenharam nessa luta que visa modernizar, profissionalizar e desenvolver o segmento.

RF - No mês de abril, será realizada a eleição de diretoria da Federação para o triênio 2007-2010. O que o Senhor espera desse pleito?

JS - Espero que esse pleito, assim como os anteriores realizados na Federação, aconteça de forma transparente, independentemente do número de chapas. Não desejo que a eleição tome caminhos pessoais, personalistas. O importante

Foto: Luís Augusto



é que todos que participem da eleição tenham a consciência, antes de qualquer coisa, de que não podemos pensar individualmente. A Fenavist é a soma de todas as empresas e sindicatos, e é preciso se considerar isso com o máximo respeito. Esse, afinal, é o sentido da existência da Federação, do trabalho desenvolvido, do esforço coletivo. Espero, sinceramente, que, independentemente dos nomes que venham a ocupar os cargos, os projetos desenvolvidos nos últimos anos tenham continuidade, que nossos associados continuem a ser ouvidos e respeitados. A base para avançar nas conquistas está aí, exposta de modo transparente. Avançar deve ser nosso objetivo comum.

> "A Fenavist é a soma de todas as empresas e sindicatos, e precisa considerar isso com o máximo respeito. Esse, afinal, é o sentido da existência da Federação, do trabalho desenvolvido"

RF - Que ações de futuro, o Senhor elege hoje como prioritárias e o que 2007 reserva ao segmento? Quais são os desafios prioritários e as ações?

JS - O principal desafio para 2007 é manter o segmento de segurança privada unido de maneira coerente e em busca de um só objetivo, o fortalecimento e desenvolvimento da atividade. Pretendemos avançar em nossa parceria com o Departamento de Polícia Federal, atuar fortemente no combate à clandestinidade e aos preços inexeqüíveis e, sobretudo, acabar definitivamente com as taxas abusivas do Estatuto do Desarmamento e ampliar os horizontes de atuação da Federação, pensando, também, na abertura de espaços para novas oportunidades para empresas e profissionais ligados ao setor. Avançar nas ações do Projeto Fenavist também é fundamental para que se cumpram todas as metas previamente estabelecidas, com sucesso. E temos o desafio de realizar de maneira brilhante o Congresso Mundial de Segurança, no mês de outubro, na Bahia. Na oportunidade, estarão presentes representantes de várias entidades ligadas à segurança privada do mundo inteiro. É uma grande oportunidade para o segmento e temos que potencializar essa oportunidade ao máximo.

PDF created with pdfFactory trial version www.pdffactory.com

Trabalho sério e consistente abre novos horizontes para a Segurança Privada em 2007

GESP, Portaria 387, colete a prova de balas e reajustes de contratos foram alguns dos temas que mobilizaram a categoria em 2006 e exigiram forte atuação da Fenavist

O ano de 2006 exigiu esforço redobrado. Novas portarias, jornada de 12 horas de trabalho por 36 de descanso, reajustes de contratos, convênios, abertura de novos mercados, encontros com representantes governamentais do Brasil e do exterior fizeram parte das ações da Fenavist em 2006. Foram dezenas de atividades, que de janeiro a dezembro, exigiram trabalho constante e muita dedicação.

O empenho do do presidente Jerfferson Simões na condução desse processo merece destaque. Foram 76,7% dos dias úteis do ano dedicados, exclusivamente, à defesa dos interesses maiores dos associados, com atividades que incluem viagens nacionais, internacionais, reuniões com órgãos e entidades, ministros, parlamentares, sindicatos, associados e empresários, em busca dos melhores caminhos para o setor.

A atuação da diretoria da Fenavist, com o apoio e a união dos associados, foi recompensada, entre outras, com a publicação de novas portarias, reajustes de contratos e suspensão de leis abusivas prejudiciais ao setor. Os resultados são positivos e as perspectivas futuras promissoras. A modernização, a união e o fortalecimento do setor e a credibilidade alcançada são bases fundamentais para avançar, ainda mais, neste ano de 2007.

Isenção de Taxas – Entre as batalhas enfrentadas pelo segmento, as negociações para isentar o setor das altas taxas impostas pelo Estatuto do Desarmamento (Lei nº 10.826/2003) foi uma das mais exaustivas, exigindo, ao longo de todo o ano, várias ações por parte do presidente da Fenavist, Jerfferson Simões, e do presidente da Associação Brasileira das Empresas de Transporte de Valores (ABTV), Marcos Paiva, junto aos órgãos responsáveis. Entre outras ações, foi necessária uma reunião diretamente com o então ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, para apresentar particularidades da atividade, sua legislação, e esclarecer que o segmento tem valores já estabelecidos para compra e porte de armas. Na ocasião, Bastos disse que a intenção do governo "não é onerar as empresas, mas diminuir o número de armas nas ruas", abrindo espaço para aprofundamento do diálogo e de futuras negociações.

Convenções Coletivas – Outra ação importante foi o encaminhamento do ofício nº. 003 ao Tribunal Superior do Trabalho (TST), que solicita a alteração da norma que interfere na validade das Convenções Coletivas de Trabalho, com prejuízo das empresas de segurança privada e dos vigilantes.

Por meio dele, as empresas de segurança privada e os vigilantes, representados por seus sindicatos, Fenavist e Confederação Nacional dos Vigilantes e Prestadores de Serviços (CNTV-PS), respectivamente, foram pedir a alteração da OJ 342/2004. Solicitaram a exclusão dos vigilantes de seu âmbito, em respeito à jurisprudência consolidada em 1980 e comunicaram aos ministros a decisão dos vigilantes sobre a jornada 12 por 36, considerada por eles benéfica, por possibilitar um período maior de descanso com liberdade de uso do tempo livre. A decisão do TST, que considera esse regime de compensação ilegal e horas extras as que extrapolam a décima primeira e décima segunda, tem causado desconforto e insegurança nas relações de trabalho. Com esse procedimento, espera-se novamente uma interação trabalhista justa e benéfica, tanto para as empresas, quanto para os vigilantes.

O ofício assinado pelo presidente Jerfferson Simões e pelo presidente da CNTV-PS, José Boaventura, foi entregue por Simões; pela consultora jurídica da Fenavist, Celita Sousa; e pelo secretário-geral da Confederação Nacional dos Vigilantes, João Soares, em maio, aos ministros do Tribunal Superior do Trabalho (TST) José Barros, José Simpliciano, Aloysio Veiga, Milton França, Carlos Alberto, João Batista, Rider Brito, Luiz Philipe, Renato Paiva, Horácio Senna, Gelson Azevedo, Alberto Bresciani, Ives Gandra, Vantuil Abdala e das ministras Rosa Maria e Maria Cristina.

PDF created with pdfFactory trial version www.pdffactory.com

Colete a Prova de Balas – Uma conquista importante foi a alteração do item colete a prova de balas da NR-06. Depois de longo período de negociações entre a Fenavist e o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), a Comissão Tripartite Permanente Paritária (CTPP) de Segurança e Saúde no Trabalho, do Ministério do Trabalho e Emprego, aprovou a alteração do item colete a prova de balas na NR-06, atendendo ao pedido e em respeito às peculiaridades do segmento. Ficou determinado que as empresas de segurança privada deverão incluir o colete na relação de EPI em uma proporção de 10% a cada semestre, em um prazo máximo de cinco anos. De acordo com a legislação anterior, o uso só era obrigatório para os empregados que fazem o transporte de valores. Agora, os empregados que trabalham armados em bancos, empresas e até mesmo em órgãos públicos também terão direito ao equipamento, para reduzir os riscos de acidente de trabalho. Com a aprovação da CTPP, a alteração do item na NR-06 foi encaminhada para consulta do Exército e, posteriormente, publicada no Diário Oficial da União (DOU) em dezembro, por meio da Portaria nº 191. A empresa é obrigada a fornecer o equipamento aos empregados, gratuitamente. Ele deve ser adequado ao risco e estar em perfeito estado de conservação e funcionamento.

Tabela para Órgãos Públicos – Outra vitória importante foi a publicação no DOU, em agosto, da Portaria n° 3 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), com os valores reajustados da tabela que limita os preços dos serviços de segurança prestados a órgãos públicos. A atualização da tabela reflete os esforços da Fenavist, que elaborou um estudo sobre os gastos das empresas com os postos de trabalho. O documento foi entregue ao MPOG, juntamente com as Convenções Coletivas de Trabalho (CCT), visando justamente tornar mais ágil o processo de reajuste. Ao todo, 22 estados e o Distrito Federal foram contemplados.

Renovação da Frota – Novamente em parceria com a ABTV, a Fenavist esteve reunida com a deputada Laura Cardoso (PFL), autora do Projeto de Lei (PL) nº 5941/2005, que obriga as empresas de transporte de valores para bancos renovarem anualmente, no mínimo, 12% da frota. No encontro, os presidentes apresentaram argumentos que enfraquecem o PL, entre eles a questão da durabilidade dos veículos, que são vistoriados anualmente pelo Departamento de Polícia Federal (DPF), obedecendo à regulação específica em normas do Ministério da Justiça, principalmente no que diz respeito ao nível de blindagem. "Nos moldes do projeto, os empresários, a cada oito anos, teriam que trocar 100% de seus veículos. No entanto, dentro dos critérios técnicos, as empresas que utilizam carro-forte só são habilitadas após se submeterem à perícia pelo DPF. Nesse aspecto, o carro-forte poderá ter sido fabricado em 2006 ou em 1970. Tecnicamente para seu uso, as blindagens são iguais", comenta Marcos Paiva.

GESP - Uma das ações mais importantes realizadas entre a Fenavist e o DPF em 2006 foram os treinamentos, com vistas à implantação do Gerenciamento Eletrônico da Segurança Privada (GESP), que promete revolucionar a segurança privada, acabando com a morosidade dos processos e ajudando a combater a clandestinidade. Com apoio da Fenavist, o DPF reuniu dezenas de empresários e técnicos em informática em Brasília para apresentar o programa, colher avaliações, críticas e sugestões para melhorá-lo. Como representante das escolas de formação, o presidente da Fenavist sugeriu ao DPF mudanças na grade curricular dos cursos de formação para adequar a formação dos vigilantes às novas necessidades do mercado.

Modernizar a Legislação - Uma grande vitória do segmento perante o DPF, em 2006, foi a publicação da Portaria nº 387/2006 – DG/DPF, que altera e consolida as normas aplicadas sobre segurança privada, com a revogação das Portarias n.º 992, de 25/10/95; n.º 1.129, de 15/12/1995; n.º 277, de 13/04/98; n.º 836, de 18/08/2000; e n.º 76, de 03/03/2005. A publicação da Portaria contempla o intenso trabalho da Fenavist que, nos últimos anos, tem lutado incessantemente para modernizar a legislação. Entretanto, o documento ainda necessita de alguns ajustes, e a Federação tem se reunido regularmente com o DPF, no intuito de resolver os problemas com rapidez.

Parcerias Internacionais - A credibilidade alcançada pela Fenavist a transformou em referência na área de Segurança Privada no Brasil e está abrindo novos horizontes de parceria em nível nacional e internacional. Por intermédio do presidente Jerfferson Simões, a entidade esteve reunida em duas oportunidades com representantes do governo suíço, em que apresentou dados do II Estudo do Setor da Segurança Privada e abriu espaço para parcerias futuras. Além disso, a pedido da Polícia Federal, em outubro, a Fenavist recepcionou e deu todo o apoio a uma comitiva formada por representantes da segurança pública angolana. Durante três dias, um colaborador da Federação acompanhou a comitiva por suas visitas a empresas, centros de formação e à sede da Fenavist. A intenção dos dois generais e do delegado da comitiva foi conhecer a segurança privada brasileira e tomá-la como base para a reformulação da legislação de Angola.

PDF created with pdfFactory trial version www.pdffactory.com

Fenegócios

Saiba mais sobre a
central de compras no nosso site:

www.fenavist.org.br

Fenavist
Federação Nacional das Empresas de
Segurança e Transporte de Valores

PDF created with pdfFactory trial version www.pdffactory.com

Colete a prova de balas é novidade do Fenegócios em 2007

Preocupada em facilitar a adequação das empresas à obrigatoriedade do uso de coletes a prova de balas determinada pelo Ministério da Justiça, e em minimizar o impacto econômico dessa medida sobre as empresas, a Fenavist se adiantou e, por meio de sua Central de Negócios, o Fenegócios, conseguiu negociar em escala, permitindo que as empresas comprem o EPI a preços justos. A Fenavist entrou em contato com vários fornecedores, propôs e conseguiu um acordo nacional e exclusivo com um deles.

A vantagem é que, além de um preço competitivo, a Federação terá total controle de qualidade, eficiência e segurança. Além disso, visando minimizar o impacto da medida no caixa das empresas, a Fenavist continua discutindo e negociando os prazos de implantação com os órgãos fiscalizadores.

Legislação – As empresas de segurança que já sofrem com altas cargas tributárias e trabalhistas, em 2007 se vêem obrigadas a adicionar outro item nas planilhas de custos, o que, provavelmente, não será aceito pelos tomadores de serviços. A Portaria 387/2006, do Ministério da Justiça, instituiu a obrigatoriedade do colete balístico para os vigilantes que trabalham armados em bancos, e a Portaria 191/2006, do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), estabeleceu que todos os profissionais que trabalham em postos armados deverão fazer uso do Equipamento de Proteção Individual (EPI). Contudo, em relação à segunda Portaria, as empresas terão cinco anos para se adequar, cumprindo uma meta de 10% por semestre.

Vale lembrar que outra portaria, a de número 18 DLOG (Ministério da Defesa), de fevereiro de 2007, que regulamenta e aprova as normas reguladoras da avaliação técnica, fabricação, aquisição, importação e destruição de coletes a prova de balas, em seu art. 27 II, permite às empresas de Segurança Privada comprar diretamente do fabricante, o que abriu caminhos para que o Fenegócios negociasse diretamente com os fornecedores.

FENEGÓCIOS. QUALIDADE E ECONOMIA! – Lançado no início do ano passado, o Fenegócios é um portal de produtos e serviços comuns às empresas de Segurança Privada, que garante qualidade e preço na compra. As empresas que já aderiram ao processo têm conseguido reduções significativas de custo nas compras compartilhadas. A participação cada vez maior das empresas é muito importante para o fortalecimento do segmento, pois, com essa união, elas estão tendo redução direta de despesas.
Os convênios oferecidos pelo Fenegócios fazem parte das ações do Projeto Fenavist, criado com o objetivo de promover a organização e o fortalecimento da comunidade de interesses formada por empresas de vigilância, transporte de valores, escolas de treinamento de vigilantes e sindicatos patronais, representadas pela Fenavist. Inicialmente estão à disposição dos interessados: Crédito Consignado, Seguro de Vida Obrigatório (Vigilantes), Vale-Refeição/Alimentação, Vale-Combustível e Colete a Prova de Balas.

Fenegócios

ADESÃO – As empresas que ainda não fazem parte do Fenegócios e por isso não estão sendo beneficiadas pelo programa de convênios, podem aderir ou conhecer melhor a central de compras visitando o portal da Fenavist (www.fenavist.org.br). Dúvidas podem ser tiradas pela Central de Relacionamento do Projeto Fenavist pelo telefone (11) 3037-7156.

TICKET REFEIÇÃO E TICKET ALIMENTAÇÃO
O Fenegócios também fechou parceria com o Grupo VR, especializado em benefícios. Com a parceria, os associados da Fenavist formados pelos sindicatos estaduais e três associações, que representam 1.880 empresas, podem adquirir para seus colaboradores, por preço diferenciado, os cartões Smart VR Alimentação, utilizado em supermercados, e Smart VR Refeição, para pagamentos em restaurantes e padarias. É mais uma economia possível.

PDF created with pdfFactory trial version www.pdffactory.com

Legislativo Renovado, Novos Desafios

A atuação e o respeito conquistados pela Fenavist perante o Congresso Nacional, abriram caminhos importantes que devem ser potencializados, fortalecidos, com vistas a concretizar vitórias para o segmento e avançar

Inicia-se um novo período legislativo na Câmara e no Senado. Novos parlamentares tomam posse pela primeira vez, outros retornam à Casa. Assim, no que diz respeito aos responsáveis pela criação de Leis no Brasil, não dá para afirmar, inicialmente, se o novo quadro político será benéfico ou não para a segurança privada. Entretanto, uma coisa é certa, a atividade só se fará ouvir se conseguir formar uma bancada de parlamentares comprometida a discutir e aprovar proposições legislativas de interesse do setor e do povo brasileiro.

Mais que nunca, o segmento vai precisar de uma bancada forte que possa defender o interesse da atividade, assim como as expectativas da sociedade. A Fenavist há muito vem desenvolvendo um trabalho sério no Congresso Nacional. Este ano em particular, a Federação vai intensificar sua atuação nesse campo, para conquistar o apoio de parlamentares e buscar uma interação com os membros das Comissões na Câmara e no Senado, em defesa de pontos de vista perante aqueles que vão analisar e votar proposições legislativas de interesse do segmento.

Para se alcançar, contudo, o objetivo seja alcançado, e para que a segurança privada passe a contar com o apoio de uma bancada forte e pró-ativa em suas ações, será fundamental o desenvolvimento de um trabalho conjunto com os sindicatos estaduais na troca de informações e estratégias. O horizonte está aberto, já que a atuação e o respeito conquistados pela Fenavist perante o Congresso Nacional abriram caminhos importantes que devem ser potencializados, fortalecidos, para concretizar vitórias para o segmento e avançar.

Os desafios são grandes. Temos pela frente o Projeto de Lei (PL) 1245/1995 da então deputada Ana Júlia, atual governadora do Pará, que reformulou a Lei nº 7.102/1983. Chances há, tudo depende da articulação política que deverá ser realizada com o presidente da Câmara dos Deputados, deputado Arlindo Chinaglia, para que o PL seja incluído na ordem de votação no Plenário da Casa.

O início do trabalho legislativo por parte do Congresso será fundamental para definir as estratégias de atuação da Federação. Só após a definição de quais proposições continuarão a tramitar, poderão se definir as prioritárias. Contudo, para não perder tempo, a Fenavist já envida esforços no PL 1334/1995, de autoria do Deputado Max Rosenmann; PL 39/1999, Deputado Paulo Rocha; PL 4305/2004, deputado Eduardo Valverde; PLS 168/2005, do senador Tasso Jereissati e PLS 64/2006, do senador José Jorge.

Por fim, a Fenavist espera que, neste segundo mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, as verbas para a segurança não sejam contingenciadas, por se tratar de interesse de toda a sociedade.

Luiz Piauhylino
Assessor Parlamentar da Fenavist

PDF created with pdfFactory trial version www.pdffactory.com

Futuro da Fenavist será decidido em abril

Pleito elegerá nova diretoria da Federação para o triênio 2007/2010

O futuro da Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist) será decidido no próximo dia 26 de abril, data em que será realizada a eleição de diretoria para o triênio 2007/2010, com início no dia 23 de junho. Terão direito a voto os sindicatos filiados, por meio de seus delegados eleitores que integrem o plano sindical da CNC, em exercício pleno de seus direitos estatutários e quites com suas contribuições sociais.

Durante a Assembléia Geral Eleitoral, serão escolhidos os membros da diretoria-executiva, do conselho-fiscal e os delegados representantes junto à Confederação Nacional do Comércio (CNC) e respectivos suplentes. A votação acontecerá na sede da Federação, localizada em Brasília–DF, no Setor Bancário Norte (SBN) QD. 01 – Bloco "B", 7º Andar – Sala 701, Edifício Confederação Nacional do Comércio.

De acordo com o art. 43 do Estatuto da Fenavist, os interessados em disputar as eleições deverão registrar as chapas com, no máximo, 10 dias de antecedência em relação à data de realização do pleito, na sede da Federação. Contudo, as chapas só podem ser registradas oficialmente após a publicação do edital de abertura de eleição. Eventuais débitos sociais deverão ser quitados até 10 dias antes do prazo final para inscrições de chapa, sob pena de o sindicato filiado não votar e não ter candidato de sua base territorial. Em caso de empate, haverá nova eleição, no mesmo local e horário, no dia posterior, com qualquer número de votantes.

Requisitos para ser votado:

O candidato deve integrar o plano sindical da CNC, comprovado pelo sindicato a que estiver filiado, bem como na forma prevista no art. 8º do Estatuto da Federação, e cumprir os seguintes requisitos:
a) comprovar a condição de empresário do setor representado pela Fenavist com efetivo exercício da atividade nos últimos três anos;
b) o candidato, cuja empresa tenha matriz e/ou filiais em estados onde não houver os respectivos sindicatos filiados à Fenavist, será legitimado, se cumprir o disposto no § 1º do art. 8º;
c) o direito de votar e ser votado, previsto no inciso II, letra "b", somente poderá ser exercido se a entidade sindical do delegado e a que congregue a empresa do candidato estiverem com as obrigações pecuniárias e estatutárias regularizadas na Fenavist, observado inclusive o disposto no § 1º do art. 8º.

O protocolo de chapas se dará na secretaria até 10 dias antes da data de instalação da Assembléia que elegerá a diretoria, o conselho-fiscal e os delegados representantes junto ao Conselho da CNC, devendo acompanhar o requerimento de registro firmado pelo candidato cabeça da chapa; a) listagem dos componentes com indicação dos respectivos cargos; b) autorização expressa de todos os candidatos da diretoria, do conselho-fiscal e do conselho de representantes, além de suplentes, para inclusão de seus nomes nas chapas; c) ficha de qualificação dos candidatos acompanhada da cópia da carteira de identidade. Não serão admitidas chapas que contenham nomes já constantes de outra; nesse caso prevalecerá aquela registrada em primeiro lugar. Não será admitido o registro de chapas incompletas, porém a renúncia ou impugnação dos candidatos componentes de chapa não cassará o registro nem impedirá a eleição da chapa.

Requisitos para votar:

É necessário o delegado eleitor ser representante de sindicato que integre o plano sindical CNC, em exercício pleno de seus direitos estatutários, obedecendo ao art. 17, § 3º.

a) comprovar a condição de empresário do setor representado pela Fenavist com efetivo exercício da atividade nos últimos três anos;
b) o candidato da empresa que tenha matriz e/ou filiais em estados onde não houver os respectivos sindicatos filiados, será legitimado, se cumprir o disposto no § 1º do art. 8º, não se aplicando o disposto no inciso III;
c) o direito de votar e ser votado, previsto no inciso III e letra "b", somente poderá ser exercido, se a entidade sindical do delegado e a que congregue a empresa estiverem com as obrigações pecuniárias e estatutárias regularizadas na Fenavist, observando o § 1º do art. 8º.

PDF created with pdfFactory trial version www.pdffactory.com

Tire suas dúvidas

1 - Data da eleição:
26 de abril de 2007 em Brasília.

2 - Publicação de Edital:
Entre 26 de fevereiro e 26 de março de 2007.

3 - Qual o prazo máximo para registro da chapa?
Até 10 dias antes do pleito.

4 - Qual a composição do colégio eleitoral?
Um delegado representante por cada sindicato. A Fenavist fará consulta com antecedência sobre o nome do delegado eleito que comparecerá para votação.

5 - As eleições serão por voto qualitativo?
Sim.

6 - Qual o critério do voto qualitativo?
De acordo com o *art. 10º, § 2º do Estatuto da Fenavist,* o sistema de votação será qualitativo, adotando-se os seguintes critérios:

a) Cada sindicato filiado exercerá nas assembléias gerais realizadas pela Fenavist tantos votos quantos tenha direito conforme tabela abaixo:

EFETIVO	QUANTIDADE DE VOTOS
Até 2.000 vigilantes	02
De 2.001 a 4.000 vigilantes	03
De 4.001 a 8.000 vigilantes	04
De 8.001 a 16.000 vigilantes	06
De 16.001 a 32.000 vigilantes	07
De 32.001 a 64.000 vigilantes	08
A partir de 64.001 vigilantes	09

b) A quantidade de vigilantes será definida em Assembléia Geral, com vigência a partir do ano seguinte, com base nos últimos números divulgados pelo Departamento de Polícia Federal ou outra fonte de dados que a Assembléia Geral aprovar.
c) Só terá direito a voto nas Assembléias Gerais o Sindicato Filiado que estiver em dia com o pagamento de suas obrigações sindicais devidas à Fenavist e em pleno gozo de seus direitos, conforme as normas estatutárias;
d) O sistema de votação qualitativa não será utilizado quando a convocação da assembléia estabelecer em sua pauta alteração estatutária ou nas situações que este Estatuto especificar, ocasião em que será aplicado o sistema de votação por Sindicato Filiado, isto é, cada Sindicato um voto;

7 - O voto será exercido por quem? Delegado Federativo? Presidente?
Delegado representante.

08 - Além dos sindicatos filiados, mais alguma entidade poderá exercer o direito de voto? Exemplo: ABCFAV, ABREVIS, ABTV, etc.
Não.

09 - Quais os documentos que os eventuais postulantes aos cargos eletivos deverão apresentar junto com a inscrição da chapa?
Segundo o art. 43 do Estatuto da Fenavist, o protocolo de chapas se dará na Secretaria até 10 (dez) dias antes da data de instalação da Assembléia que elegerá a Diretoria, Conselho-Fiscal e Delegados Representantes junto ao Conselho da CNC, que devem acompanhar o requerimento de registro firmado pelo candidato cabeça da chapa.

a - Listagem dos componentes indicando respectivos cargos;
b - Autorização expressa de todos os candidatos da Diretoria, Conselho-Fiscal e Conselho de Representantes, e Suplentes, para inclusão de seus nomes nas chapas;
c - Ficha de qualificação dos candidatos acompanhada da cópia da Carteira de Identidade.
§ 1º - Não serão admitidas chapas que contenham nomes já constantes de outra, nesse caso prevalecerá aquela registrada em primeiro lugar.
§ 2º - Não será admitido o registro de chapas incompletas, porém, a renúncia ou impugnação dos candidatos componentes de chapa não cassará o registro nem impedirá a eleição da mesma.
§ 3º - O voto será por chapa, portanto, inadmitido o voto em candidatos de chapas diferentes.

10 - Quais os locais de votação?
Brasília.

11 - Qual o prazo para impugnação das candidaturas?
De acordo com o art. 45º do Estatuto da Fenavist, a fixação será certificada no livro de registro, constando data e hora, abrindo-se assim o prazo preclusivo de 72 (setenta e duas) horas para qualquer impugnação sobre o registro e as omissões.

PDF created with pdfFactory trial version www.pdffactory.com

ENESPs movimentam as cinco regiões do Brasil

Fortaleza, Rio de Janeiro, Goiânia, Porto Velho e Florianópolis foram sede do encontro em 2006

Em março de 2006, deu-se início ao 2º ciclo do Encontro Nacional das Empresas de Segurança Privada (Enesp). Como em 2005, houve cinco encontros, um em cada região brasileira, o evento reuniu no total mais de 1000 empresários, funcionários, autoridades e especialistas para discutir os novos rumos da segurança privada.

Todos os encontros contaram com a presença de representantes das associações ligadas ao segmento, entre eles, membros do Departamento de Polícia Federal (DPF) que apresentaram, em todas as edições, os benefícios da Gestão Eletrônica da Segurança Privada (GESP). O *software* foi idealizado pelo DPF para dar fim à burocracia dos processos de solicitação ao Departamento e auxiliar na luta contra a clandestinidade. "Com o GESP vamos poder liberar os policiais que operam no controle burocrático, para a fiscalização, em campo, inibindo a atuação de empresas irregulares", afirmou o ex-coordenador-geral de Controle da Segurança Privada, Wantuir Jacini.

Retrospectiva – A capital cearense foi a primeira a receber o evento. Nas seis palestras, todas proferidas por especialistas, um dos temas que mais chamaram a atenção coube à diretora da fabricante de aguardente YPIOCA, Aline Telles. Ela falou sobre Gestão Familiar e expôs as vantagens e desvantagens das empresas familiares.

Em junho, foi a vez dos empresários do Sudeste se reunirem para discutir os problemas e expectativas do mercado. Sediado pela primeira vez no Rio de Janeiro, o Enesp contou com autoridades ligadas ao setor de segurança do Rio de Janeiro, de São Paulo, do Espírito Santo de Minas Gerais. Os participantes discutiram os prejuízos causados pela clandestinidade e as possíveis soluções para esse problema que atormenta os empresários brasileiros.

No Centro-Oeste, os goianos foram os anfitriões. O evento reuniu representantes da Fenavist, da Associação Brasileira das Empresas de Transporte de Valores (ABTV), da Associação Brasileira de Cursos de Formação e Aperfeiçoamento de Vigilantes (ABCFAV) e autoridades do estado. O governador Alcides Rodrigues (PP) foi o destaque da abertura oficial. Ele ressaltou a importância do segmento para a segurança pública e a sociedade civil. "O crescimento do setor é importante, porque gera empregos e demonstra a preocupação de todos com a questão da proteção da sociedade, além de complementar a segurança pública", afirmou Alcides.

Os empresários do Norte e do Sul se reuniram no mês de outubro e novembro, respectivamente. Nos dois encontros, sociedade civil, autoridades estaduais e iniciativa privada discutiram parcerias, soluções e novas formas de administração para o segmento. "É preciso promover treinamento e capacitação constante de profissionais especializados para a função e investir em novos equipamentos, porque o criminoso se atualiza sempre", comenta o presidente do Sindicato das Empresas de Santa Catarina, Dilmo Wanderley Berger.

Mais Informações: www.fenavist.org.br

PDF created with pdfFactory trial version www.pdffactory.com

Fotos: Divulgação

Presidente do Sindesp-CE, César Marques, ao lado da palestrante Aline Telles

Vice-Presidente da Fenavist, Marcelo Borges, profere palestra no Enesp Nordeste

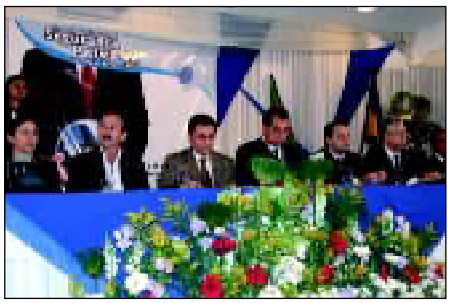
Abertura do Enesp Nordeste

Presidente do Sindesp-RJ, Frederico Crim - anfitrião do Enesp Sudeste, ao lado dos participantes

Abertura do Enesp Sudeste

Encerramento do 1º dia de atividades do Enesp Sudeste

Presidente do Sindesp-RO, Aroldo Gonçalves - anfitrião do Enesp Norte

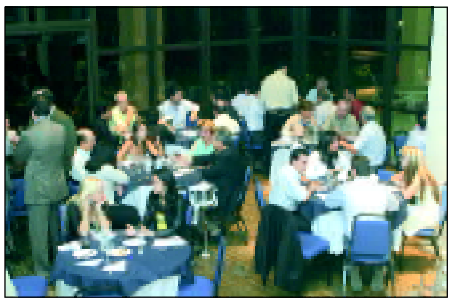


Abertura do Enesp Norte

Credenciamento do Enesp Norte

Empresários de todo o país prestigiam Enesp Sul

Abertura do Enesp Sul



Jantar de Confraternização realizado durante o Enesp Sul

Abertura do Enesp Centro-Oeste

Presidente do Sindesp-GO, Sebastião Divino; governador de Goiás, Alcides Rodrigues; presidente da Fenavist; vice-presidente do Sindesp-GO, Lélio Carneiro

Enesp Centro-Oeste reúne dezenas de participantes

PDF created with pdfFactory trial version www.pdffactory.com

Fenavist participa de eventos que fortalecem a atividade

Organizando, apoiando ou simplesmente participando, a Fenavist esteve presente a feiras, fóruns e seminários que contribuem para o desenvolvimento da Segurança Privada

A Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist), durante todo o ano de 2006, esteve empenhada, seja na produção, seja no apoio de diversos eventos que contribuíram para o desenvolvimento e fortalecimento da atividade. Fórum Empresarial, Exposec, ISC-Brasil, além de alguns eventos internacionais fizeram parte da agenda da Federação.

Preocupada em oferecer oportunidades para os empresários adquirem conhecimento e trocarem informações, a Federação realizou em São Paulo, no dia 30 de agosto, paralelamente à Feira ISC-Brasil, o Fórum Empresarial Fenavist 2006. Durante todo o dia, foram discutidos temas relevantes para a modernização das empresas. "Parabéns à Fenavist pelo evento. Eu acredito que só assim o segmento crescerá com responsabilidade e afinco. O empresariado precisa ter conhecimento e sentir a necessidade de ouvir coisas novas, coisas que possam engrandecer nosso segmento", afirmou Marcos Félix, presidente do Sindicato das Empresas de Segurança Privada do Espírito Santo (Sindesp-ES).

Já no mês de maio, a Fenavist esteve presente à Exposec International Security Fair, um dos maiores eventos de exposição de produtos e tecnologias para segurança empresarial na América Latina. Na ocasião, a Fenavist apresentou oficialmente ao segmento a Fenegócios – Central de Compras da Federação, que oferece uma gama de produtos a preços melhores que os do mercado e ajudam as empresas a reduzirem os custos operacionais. Ainda no mês de maio, a instituição esteve presente ao Encontro Nacional das Empresas de Asseio e Conservação (Eneac), promovido pela Federação Nacional das Empresas Prestadoras de Serviços de Limpeza e Conservação (Febrac). Ainda em parceria com a Febrac, a Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores participou dos dois encontros do Grupo de Executivos dos Sindicatos das Empresas de Asseio, Conservação e Segurança Privada (GEACEX). Os encontros, acontecidos no Rio de Janeiro, em maio, e no Rio Grande do Sul, em novembro, tiveram como objetivo buscar o aprimoramento da gestão dos sindicatos, intercâmbio de informações, idéias e prospecção de novos serviços, além de capacitação profissional.

Em agosto, a Federação se fez representar, quando o Centro Universitário do Distrito Federal (UniDF) apresentou, oficialmente, cursos de pós-graduação na área de segurança pública e privada, que serão ministrados pelo Instituto de Cooperação e Assistência Técnica (ICAT) do UniDF. Já em dezembro, em São Paulo, o presidente da Fenavist, Jerfferson Simões, participou do evento "Portaria 387 em Debate", promovido pela revista Security. O debate teve como pauta aplicabilidade, vantagens e restrições do ponto de vista de cada ramificação.

Sindicatos – Ao longo do ano, a Fenavist apoiou, organizou em parceria ou simplesmente participou como ouvinte de vários eventos promovidos pelos sindicatos de segurança e asseio e conservação. Em total apoio ao Sindicato das Empresas de Segurança Privada de Santa Catarina (Sindesp-SC), a Federação esteve no lançamento da campanha contra a clandestinidade, no dia 28 de agosto. A iniciativa serviu para alertar a população contra o perigo de contratar o trabalho ilegal e, ao mesmo tempo, expor a importância do profissional qualificado. Ainda em Santa Catarina, em dezembro, o presidente da Fenavist, Jerfferson Simões, esteve presente ao 3º Encontro das Empresas Prestadoras de Serviços de Santa Catarina (Enpresc), organizado pelo Sindesp-SC, em parceria com o Sindicato das Empresas de Asseio e Conservação do Estado (Seac-SC).

Outro evento promovido por um sindicato amigo e que recebeu apoio da Federação foi o 1º Fórum de Trabalho sobre Terceirização de Serviços, organizado pelo Sindicato das Empresas de Asseio e Conservação do Rio de Janeiro (Seac-RJ).

Homenagem – O presidente da Fenavist, Jerfferson Simões, participou no dia 25 de junho, em Uberlândia-MG, da II Corrida dos Vigilantes, organizada pela empresa Inteligência Escola de Formação e Aperfeiçoamento de Vigilantes Ltda., do Grupo Moura, como parte das comemorações do Dia dos Vigilantes. Com largada em frente ao Centro Administrativo da cidade, o evento reuniu centenas de competidores, entre eles profissionais do setor de segurança privada, até mesmo dos que não estão atuando no segmento, e atletas civis da cidade e da região.

Após os 8km de percurso pelos pontos mais importantes da cidade, os competidores cruzaram a linha de chegada na sede da empresa organizadora do evento. Simões, apesar de não ser um atleta profissional, completou a prova. Ao final, se mostrou muito feliz por ter participado do evento. "Foi uma festa linda, muito bem organizada. Sinto-me privilegiado de

PDF created with pdfFactory trial version www.pdffactory.com

ter participado desta justa homenagem aos vigilantes", afirmou o presidente da Federação.

A corrida foi apenas uma das atividades organizadas pelo Grupo Moura. A comemoração contou ainda com um almoço de confraternização para os vigilantes e familiares. "Existe a necessidade de se mostrar o outro lado da atividade, agregar valores. Era uma data até então desconhecida. Para 2007, na terceira edição, queremos estender as comemorações a toda a sociedade e não apenas aos familiares", conta Divino Moura, presidente do Grupo. O empresário afirma, ainda, que ações como essa são importantes para o segmento, pois mostram para a sociedade que as empresas não estão preocupadas apenas com o lado comercial, mas também com o bem-estar de seus funcionários e de toda a sociedade.

"Em cada lugar que se levantar uma bandeira do segmento, estaremos contribuindo para o desenvolvimento. Essas pequenas ações trazem respeito, inclusive perante os contratantes", enfatiza Moura. Como parte dos festejos pelo Dia dos Vigilantes, o presidente da Fenavist recebeu da Câmara dos Vereadores o título de Cidadão Honorário Uberlandense. Durante o discurso, Simões agradeceu por ter sido escolhido para representar todos os trabalhadores da segurança privada. O título de Cidadão Honorário, concedido a Jerfferson Simões, resultou de um projeto dos vereadores Hélio Ferraz-Baiano (PP), tenente Lúcio (PDT), Antônio Carrijo (PFL) e Barsa da Sucata (PTC). A cerimônia de entrega contou com a presença de empresários de todo o estado, vereadores e autoridades mineiras, no auditório da Empresa Inteligência Escola de Formação e Aperfeiçoamento Ltda. A concessão do título a um representante da atividade demonstra o respeito que a segurança privada tem conquistado nos últimos anos. Além disso, é o reconhecimento por parte do próprio governo da importância da atividade para o país. "Esse título não é meu, mas de todos os empresários da atividade. Assim, o cidadão uberlandense não sou eu, Jerfferson Simões, mas toda a segurança privada representada pela Fenavist", afirma o presidente da Federação.

Internacional – A Federação também esteve representada em eventos internacionais. Em todas as oportunidades, o presidente Jerfferson Simões foi palestrante. As participações fora do país se iniciaram em maio no Congresso da Federação Pan-Americana de Segurança Privada (FEPASEP), realizada em Quito, capital do Equador. Já em agosto, aconteceu o XV Congresso Nacional de Segurança Privada promovido pela Associação Nacional de Segurança Privada da Colômbia (Andevip) em Cartagena – Colômbia. Ainda na Colômbia, no mês de outubro, Simões foi o principal palestrante internacional do Primeiro Painel de Especialistas em Segurança e Criação de Valor, em comemoração aos 35 anos da Cia Andina de Segurança Privada Ltda., em Bogotá.

Fotos: Divulgação

1. Exposeg - **2**. Exposec: estande da Fenavist / Sesvesp foi ponto de encontro dos empresários **3.** ISC Brasil: Abertura Oficial - **4**. Presidente do Sindesp-SC, Dilmo Berger, lança campanha contra clandestinidade - **5**. Presidente da Fenavist e o vice-presidente para Assuntos de Secretaria, Edson Pinto, participam da II Corrida dos Vigilantes - **6**. Jerfferson Simões recebe Título de Cidadão Uberlandense ao lado do organizador do evento, Divino Moura - **7**. Fórum Empresarial Fenavist reúne centenas de empresários.

PDF created with pdfFactory trial version www.pdffactory.com

SINDICATOS

Goiás

Sindesp-GO Justiça julga improcedente pedido de indenização

O Sindesp-Goiás venceu uma importante batalha. A Turma Julgadora Cível dos Juizados Especiais de Goiânia julgou improcedente um pedido de indenização de um imóvel monitorado pelo Grupo Coral. Consta no contrato de prestação de serviço que a empresa de vigilância se compromete a avisar o interessado sobre possíveis danos em seu estabelecimento quando detectados pelo sistema. Porém, para o melhor funcionamento do sistema, é essencial que a linha telefônica funcione perfeitamente. Com base nessas informações, o Juiz, Luís Antônio Alves Bezerra, excluiu a culpa e a responsabilidade da empresa pelo fato de os meliantes terem cortado a linha telefônica para invadir o imóvel. A decisão abre um precedente importante para empresas que passarem por situação parecida.

Rio de Janeiro

Sindesp-RJ se filia e soma esforços ao trabalho da Federação

O Sindicato das Empresas de Segurança e Transporte de Valores do Estado do Rio de Janeiro (Sindesp-RJ) decidiu, em assembléia realizada em setembro, filiar-se à Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist). Com o retorno ao quadro de associados da Fenavist, o Sindesp vem somar esforços importantes para o desenvolvimento do setor. Agora, junto com a Federação, a atuação fica fortalecida para lutar pelas reivindicações dos sindicatos e suas empresas, além de intensificar o combate à ilegalidade no Estado.

Bahia

Sindesp-BA reforça luta contra inadimplência de órgãos públicos

O Sindesp-Bahia reforça sua luta contra a inadimplência de órgãos públicos com as empresas de segurança privada no Estado. Recentemente, o presidente Fábio de Oliveira Rezende e o superintendente, Uzel Duplat, visitaram os Tribunais de Contas da União e do Município e a Procuradoria-Geral da Justiça para denunciar as irregularidades e solicitaram providências. Os titulares dos órgãos ficaram sensibilizados e prometeram adotar providências assim que cientificados de cada irregularidade.

Os prejuízos pelos atrasos e pela demora em reajustar valores de contratos, além do não-pagamento dos juros previstos, têm onerado as empresas e inviabilizado o pleno funcionamento de algumas delas.

O Sindesp-BA também está desenvolvendo uma campanha e realizando uma enquete para colher informações e sugestões pelo seu *site* www.sindesp-ba.com.br.

PDF created with pdfFactory trial version www.pdffactory.com

Distrito Federal

Sindesp-DF elege nova diretoria para mandato de 3 anos

O empresário Victor João Cúgola é o novo presidente do Sindicato das Empresas de Segurança Privada, Sistemas de Segurança Eletrônica, Cursos de Formação e Transporte de Valores no Distrito Federal (Sindesp-DF). A nova Diretoria foi eleita em 19 de janeiro para um período de 3 anos (01/03/2007 a 28/02/210) e promete empenho e união para conquistar novos avanços para o segmento.

A Fenavist congratula a nova diretoria pela vitória, reconhece o trabalho sério da diretoria anterior e se une aos esforços do Sindesp para uma atuação de sucesso nos desafios futuros.

Pará

Sindesp-PA recebe proposta fora da realidade do Sindivipa

O Sindesp-Pará não concordou com o Dissídio Coletivo interposto pelo Sindicato dos Vigilantes do Estado do Pará (Sindivipa) e a data-base ainda não foi fechada. Em audiência de Conciliação de Dissídio Coletivo, o Tribunal Regional do Trabalho da 8ª região propôs reajuste de 4,86%, valor bem menor ao pleiteado pelo Sindivipa, inicialmente projetado em 20%. O Tribunal contemplou o vale-alimentação somente para os trabalhadores de serviço após as 20h, enquanto o pleiteado pelo Sindicato dos Vigilantes era para toda a categoria e no valor de R$10,00.

As propostas feitas pelo sindicato laboral, não condizentes com a realidade econômica local, postergaram as negociações e, conseqüentemente, adiaram o fechamento da data-base prevista para setembro de 2006.

Minas Gerais

Sindesp-MG fecha, com sucesso, convenção coletiva de trabalho

O Sindesp-Minas Gerais fechou, no início deste ano, a Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) de 2007, com um reajuste total de 1,99%. Será concedido a todos os vigilantes o valor bruto de 4% relativos ao piso salarial. Sendo assim, o piso salarial passa a equivaler a R$ 821,60. Ficou acordado ainda na CCT que também haverá um reajuste de 0,99% sobre o valor da cesta básica e do plano de saúde. Com o aumento, a cesta básica e o plano de assistência médica passam ao valor de R$ 55,00 e R$ 40,00, respectivamente.

PDF created with pdfFactory trial version www.pdffactory.com

Gente

Pulso Firme

José A. Loiola

Há vinte anos no mercado e na área sindical, José Adir Loiola, 61, assumiu em junho de 2006 a direção do Sindicato das Empresas de Segurança Privada, Segurança Eletrônica, Serviços de Escolta e Cursos de Formação do Estado de São Paulo (Sesvesp). Como presidente do estado que possui o maior número de empresas, Loiola irá intensificar a comunicação das empresas associadas com o sindicato. Para trazer as empresas clandestinas para o mercado legal, pretende fazer visitas às Delegacias Regionais para avaliar o trabalho desenvolvido. Ainda analisará a viabilidade da realização de eventos no triênio (2006-2009), período que estará à frente do Sesvesp. O novo posto não deve alterar a rotina do empresário, já acostumado com lideranças. Ele era vice-presidente do sindicato no mandato anterior.

Experiência e Fortalecimento

Aroldo Gonçalves

Atual presidente do Sindicato das Empresas de Segurança Privada do Estado de Rondônia (Sindesp-RO), Aroldo Gonçalves da Costa, 46, destaca-se no mercado há 15 anos. Após presidir o sindicato no biênio 1995/96, Aroldo voltou a liderar a entidade em 2005. Na área sindical, foi o responsável pela regularização do sindicato perante a Secretaria de Receita Federal e também pela campanha do Sindesp, em parceria com o Departamento de Polícia Federal (DPF), no combate ao desarmamento infantil em Rondônia. Sempre buscando o desenvolvimento, a modernização e o fortalecimento da atividade no estado, o presidente do sindicato foi um dos responsáveis pela implantação do Certificado de Regularidade em Segurança (CRS), lançado em outubro, no Encontro Nacional das Empresas de Segurança Privada (Enesp) da região Norte, do qual foi anfitrião.

Luta contra a Ilegalidade

Sebastião Divino

Sebastião Divino de Souza, 59, presidente do Sindicato das Empresas de Segurança Privada do Estado de Goiás (Sindesp-GO), luta constantemente contra as empresas clandestinas. Como todo proprietário de empresas de segurança que está há muito tempo na atividade, bem como na área sindical, na qual já tem 19 anos, o atual presidente sabe da importância de combater os preços inexeqüíveis oferecidos pelas empresas irregulares. Outra luta importante é a busca de visibilidade e divulgação das empresas legais, por meio da união da classe empresarial, do reconhecimento e do fortalecimento do segmento de segurança privada. Nesse sentido, o sindicato presidido por Sebastião Divino, juntamente com os outros sindicatos da região Centro-Oeste, organizou o Encontro das Empresas de Segurança Privada (Enesp) da região.

Exemplo e Dedicação

Agostinho Gomes

O fundador e presidente do Sindicato das Empresas de Segurança e Vigilância do Estado de Pernambuco (Sesvi-PE) e do Sindicato das Empresas de Asseio e Conservação (Seac-PE), Agostinho Gomes, 51, irá completar 20 anos de atividade sindical. Agostinho é um dos idealizadores da Câmara de Informações, coordenada pelo Sesvi-PE, que conta com a participação de bancos, Polícias Militar, Civil e Federal, e visa ajudar no combate ao crime organizado. Determinado na luta contra a criminalidade, formalizou convênios com a Secretaria de Segurança do Estado para doação de equipamentos e veículos. Contra a clandestinidade e a prática de preços inexeqüíveis, implantou a tabela de encargos e remuneração mínima para licitações. Agora no mês março, Agostinho Gomes será o anfitrião do Enesp Nordeste.

PDF created with pdfFactory trial version www.pdffactory.com

Congresso vai agitar segurança privada mundial

O objetivo é discutir novas formas de fortalecer e desenvolver a Segurança Privada Mundial

De 23 a 26 de outubro, Salvador será palco do World Security Center and Show (Congresso Mundial de Segurança), que vai reunir mais de 1.500 profissionais de todo o mundo com o objetivo de promover o fortalecimento e desenvolvimento da segurança mundial.

Promovido pela Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist), com o apoio da Federação Pan-Americana de Segurança Privada (Fepasep), da Federação de Câmaras e Associações das Empresas de Segurança Privada dos Países do Mercosul (Fesesul), o evento vai abordar temas de interesse dos profissionais da área de segurança.

Cada vez mais a parceria público-privada se consolida como um modelo eficiente e econômico. Os atentados de 11 de setembro de 2001 exigiram novos posicionamentos e deram à Segurança Privada uma importância estratégica nas políticas governamentais de segurança, com presença, inclusive, em eventos de amplitude mundial, como as Olimpíadas e a Copa do Mundo.

O aumento de contratantes e empresas faz com que novos governos sintam a necessidade de regularizar o setor. Com isso, novas leis e áreas de atuação surgem e exigem novos equipamentos e técnicas para atender às demandas de serviço. Atualmente o mercado de segurança privada cresce em média entre 6% e 8% ao ano. No World Security Congress (WSC) profissionais dos cinco continentes terão acesso aos problemas enfrentados em todo o mundo e, assim, poderão trocar experiências e buscar soluções.

Durante os quatro dias do congresso, Salvador receberá pessoas que decidem e influenciam o mercado mundial. São empresários, funcionários de empresas, contratantes nacionais e internacionais, entidades ligadas ao segmento e outros. Serão 11 palestras e painéis apresentados por especialistas mundiais em segurança privada. “A troca de informações promoverá um grande intercâmbio de idéias e conhecimentos”, afirma o membro fundador da World Security Federation (WSF), Eraldo Dodero Reis. Novas tecnologias e técnicas usadas em outros países serão apresentadas, e os profissionais poderão aprender novas formas de gerenciamento e aplicação de serviço, uma excelente oportunidade, também, para atualizar conhecimento.

A conferência mundial efetivará a WSF e estabelecerá um importante vínculo de comunicação, aproximando entidades de segurança mundial, aprimorando conhecimentos e fortalecendo o setor. “Já temos a presença de representantes de países vizinhos, da África do Sul, da Austrália, de Hong Kong, do Estados Unidos, da França, de Israel, entre outros. A experiência de outros países é muito importante”, comenta Eraldo, que também é vice-presidente da Fenavist para Assuntos de Ética Profissional.

Feira Mundial – Paralelamente ao Congresso Mundial de Segurança será realizada a Feira Mundial de Segurança, World Security Show (WSS). As mais recentes mudanças da segurança e seus novos rumos serão apresentados por centenas de expositores. Empresas, contratantes nacionais e internacionais, fornecedores de máquinas e equipamentos estarão reunidos em um único lugar. “Os espaços já estão sendo comercializados, e essa é uma ótima oportunidade para as empresas conquistarem novos clientes e parceiros no Brasil e no mundo”, afirma Dodero. Os congressistas, expositores e visitantes terão a oportunidade de conhecer as novas tendências e perspectivas de todos os ramos da segurança mundial.

Mais informações:
www.fenavist.org.br / www.worldsecuritycongress.com.br

PDF created with pdfFactory trial version www.pdffactory.com

Contribuições sociais da lei complementar nº 110/2001, a partir de janeiro de 2007

Na verdade, essa dívida é da Caixa Econômica Federal, conforme já decidido pelo Supremo Tribunal Federal (STF)

A União Federal apresentou projeto de lei aprovado e sancionado, que resultou na Lei Complementar n.º 110/01, com o intuito de angariar recursos para pagamento dos valores correspondentes à correção monetária não aplicada nem repassada pela Caixa Econômica Federal sobre os valores depositados na conta vinculada do FGTS, durante o Plano Verão (16,65%) e o Plano Collor (44,80%). Essa Lei Complementar teve como pretexto instituir duas novas contribuições sociais para as empresas pagarem, como se fossem devedoras dessas correções monetárias, quando, na verdade, essa dívida é da Caixa Econômica Federal, conforme já decidido pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

A primeira dessas contribuições é exigível e devida no caso de despedida do empregado sem justa causa e equivale à alíquota de 10% sobre o montante dos depósitos do FGTS, durante a vigência do contrato de trabalho. E deve ainda ser, assim, aplicada de forma retroativa, pois os depósitos podem ter sido feitos há mais de 30 anos. A segunda contribuição tem a alíquota de 0,5%, que incide sobre a remuneração paga mensalmente pelo empregador ao trabalhador.

Pela Lei Complementar nº 110/2001, a contribuição social à alíquota de cinco décimos por cento (0,5%) sobre a remuneração devida no mês anterior somente será devida pelo prazo de sessenta meses, a contar de sua exigibilidade. Pela Lei, a exigibilidade se daria a partir do mês de outubro, inclusive contando com este. Assim, a partir de 1º de outubro de 2006, a parcela referente ao 0,5% sobre a folha a título de contribuição social não deveria mais ser recolhida. Acontece que o Supremo Tribunal Federal concedeu liminar, em Ação Direta de Inconstitucionalidade, com efeitos para todos, com suspensão do prazo de vigência das contribuições de 1º de janeiro de 2002, e prorrogação do prazo para janeiro de 2007. Como a decisão do Supremo tem efeito *erga omnes*, por ser em uma ADIn, a parcela somente poderá deixar de ser recolhida a partir de janeiro de 2007.

No que concerne à alíquota de 10% incidente sobre o saldo da conta vinculada do FGTS, no caso de resilição contratual sem justa causa, essa não tem prazo de vigência pela citada lei complementar, por isso perdurará até que uma nova norma venha derrogar sua vigência.

Assim, mesmo com as contribuições tendo sido instituídas para pagar uma dívida do Tesouro Nacional já paga, a partir de janeiro, somente a contribuição de 0,5% deixará de existir, pois a de 10%, nos casos de rescisão contratual sem justa causa, perdurará, mesmo com seu objetivo tendo sido alcançado, qual seja, a quitação das dívidas do FGTS com os empregados, decorrentes dos expurgos inflacionários dos planos econômicos. Coisas inexplicáveis, em um país que tanto carece de redução da carga tributária.

Dra. Lirian Sousa Soares
Consultora Jurídica da Fenavist

PDF created with pdfFactory trial version www.pdffactory.com

Tabela do Ministério do Planejamento

O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) é responsável pela publicação no Diário Oficial da União da tabela que estabelece um limite máximo para os preços dos serviços de Segurança e Asseio e Conservação, praticados em contratos com órgãos públicos. Na busca por um melhor entendimento com o Ministério, a Fenavist entrega estudos dos custos básicos das empresas de segurança, com o objetivo de levar dados e exemplos aos analistas do Ministério. Além disso, a Federação sensibiliza os Sindicatos das Empresas de Segurança Privada (Sindesp's) quanto à necessidade de protocolar, em um prazo combinado com o Ministério, as Convenções Coletivas dos estados, para que os reajustes possam ser o mais condizente com a realidade do setor em cada região e as datas-bases nos dois semestres sejam contempladas com mais agilidade.

SERVIÇO DE VIGILÂNCIA - PREÇO MENSAL DO POSTO (Portaria nº 03, 16 de agosto de 2006 - Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão)*
Limite Máximo para Contratação e Reajuste dos Serviços (em R$):

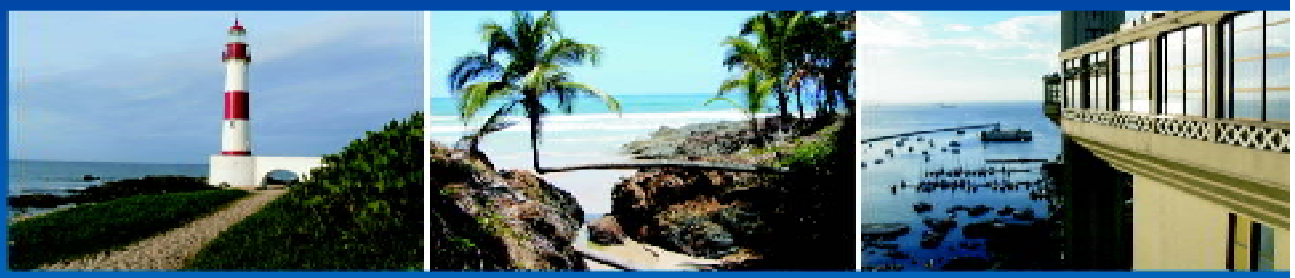
UF	Posto 12 x 36 horas/diurno	Posto 12 x 36 horas/noturno	Posto 44 horas / semanais /diurno
	3.470,00	4.000,00	1.870,00
Alagoas	2.760,00	3.170,00	1.510,00
Amazonas	3.630,00	4.100,00	1.940,00
Bahia	3.080,00	3.770,00	1.650,00
Ceará	3.370,00	3.700,00	1.800,00
Distrito Federal	6.050,00	6.620,00	3.250,00
Espírito Santo	3.560,00	4.260,00	1.910,00
Goiás	3.730,00	4.330,00	1.980,00
	3.150,00	3.650,00	1.680,00
Minas Gerais	4.580,00	5.400,00	2.390,00
Mato Grosso do Sul	3.220,00	3.540,00	1.720,00
Mato Grosso	2.940,00	3.400,00	1.570,00
Pará	3.610,00	4.190,00	1.910,00
Paraíba	3.170,00	3.460,00	1.670,00
Pernambuco	3.750,00	4.220,00	1.980,00
Paraná	5.120,00	5.600,00	2.710,00
Rio de Janeiro	3.850,00	4.450,00	2.060,00
Rio Grande do Norte	3.590,00	4.310,00	1.870,00
Rondônia	3.330,00	3.840,00	1.800,00
Santa Catarina	3.830,00	4.370,00	2.050,00
Sergipe	3.450,00	3.890,00	1.800,00
São Paulo	4.930,00	5.650,00	2.650,00
Tocantins	3.660,00	4.260,00	1.910,00

Fonte: Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

PDF created with pdfFactory trial version www.pdffactory.com

World Security Congress and Show 2007

23 a 26 de Outubro de 2007
Pestana Bahia Hotel
Salvador - BA - Brasil



Junte-se aos presidentes, diretores e executivos das maiores empresas de segurança privada!

Confira os renomados palestrantes de destaque mundial que irão transmitir suas experiências e conhecimentos no WSC!

Conheça as novidades tecnológicas no setor de segurança privada no WSS!

Seu lugar é entre os líderes... Garanta já seu espaço!

Informações e Inscrições
pelos fones (11) 5521 - 6008 - (47) 3326 - 4267
pelo e-mail wsc@latinevent.com.br
ou pelo site www.worldsecuritycongress.com

Promoção

Fenavist

World Security Federation

Organização

LATIN EVENT FEIRAS E CONGRESSOS

BF Three EVENTOS

www.worldsecuritycongress.com

PDF created with pdfFactory trial version www.pdffactory.com